

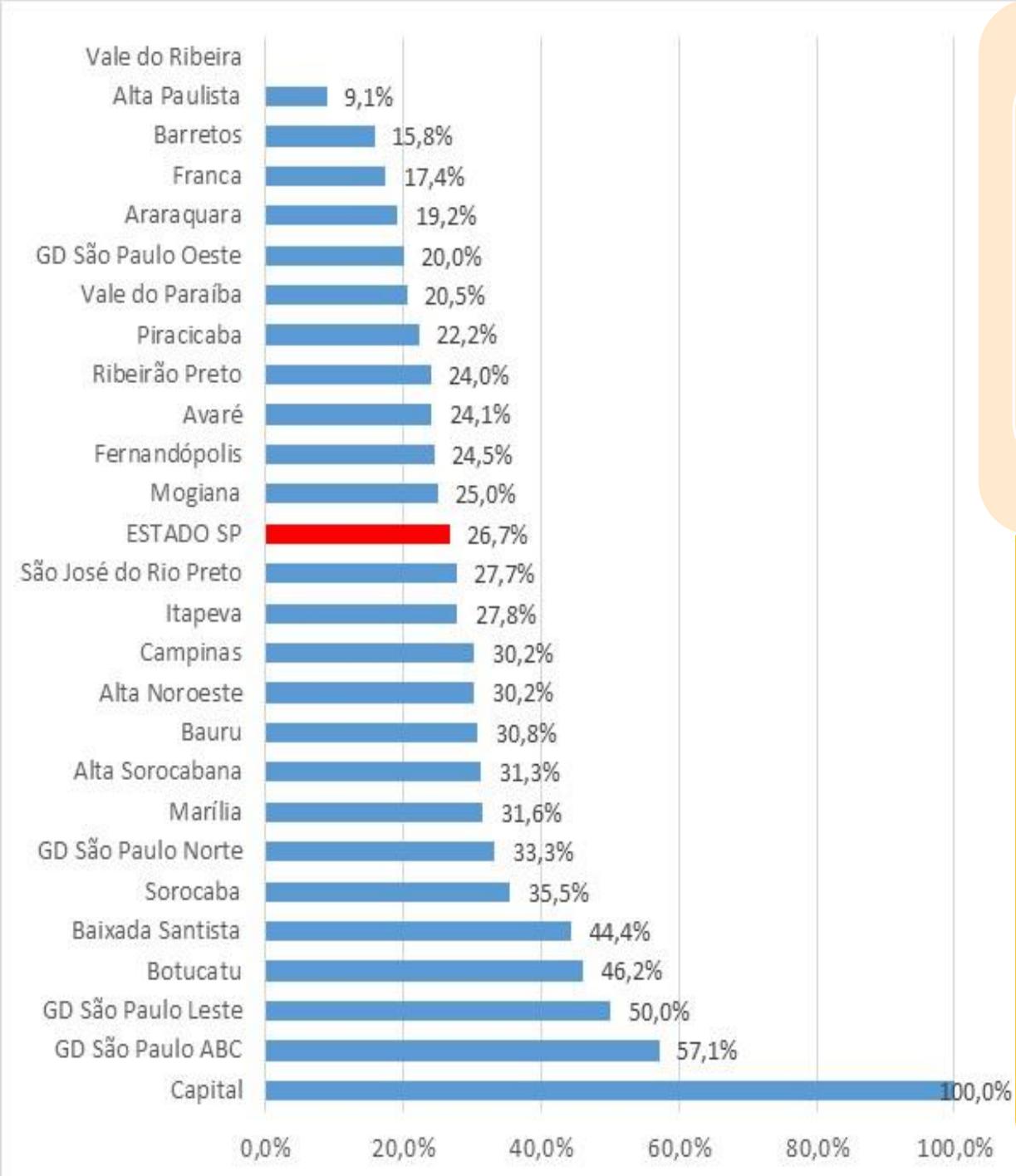


Vigilância Socioassistencial



REFLETINDO...

- O órgão gestor utiliza sistema de informação próprio para gerenciar a política de Assistência Social?
- O órgão gestor elabora ou atualiza o diagnóstico socioterritorial do município?
- A produção de indicadores é aplicada em quais atividades?
- O município tem a unidade de Vigilância Socioassistencial?

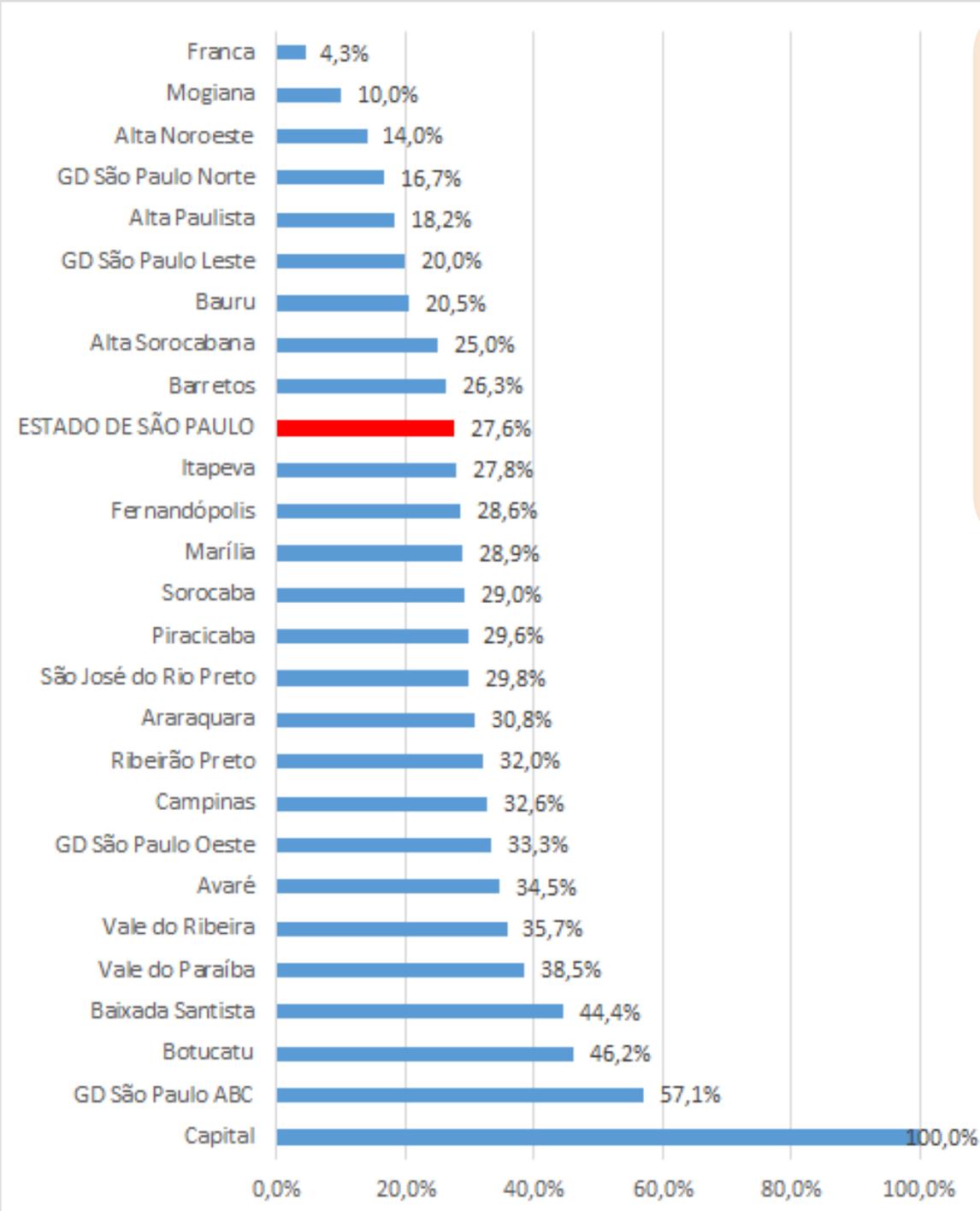


UTILIZA SISTEMA DE INFORMAÇÃO PRÓPRIO

NO ESTADO APENAS 26,7% DOS MUNICÍPIOS TEM SISTEMA PRÓPRIO PARA GERENCIAR A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fonte: CensoSuas SP/2014

Excetuando a DRADS Capital que só tem um município o **maior** percentual é da GD São Paulo ABC (57,1%, das 7 cidades) e o **menor** Alta Paulista (9,1% das 21). No Vale do Ribeira (com 14) nenhum município tem sistema próprio.



ELABORA DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

NO ESTADO APENAS 27,6% OFERTA SERVIÇOS BASEADA EM DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DE NECESSIDADES E DEMANDAS.

Fonte: CensoSuas SP/2014

O **maior** percentual na elaboração de diagnóstico socioterritorial é da DRADS GD São Paulo ABC (57,1%, dos 7 municípios) e o **menor** da DRADS Franca (4,3%, dos 23)

DRADS	DEMANDA SERVIÇOS	OFERTA DE SERVS E BNFC	INCID VIOLÊNCIA E DEF.DIREITOS
Alta Noroeste	23,3%	18,6%	9,3%
Alta Paulista	9,1%	9,1%	9,1%
Alta Sorocabana	15,6%	12,5%	
Araraquara	15,4%	11,5%	11,5%
Avaré	20,7%	20,7%	17,2%
Baixada Santista	33,3%	33,3%	44,4%
Barretos	26,3%	26,3%	21,1%
Bauru	20,5%	17,9%	10,3%
Botucatu	15,4%	15,4%	7,7%
Campinas	32,6%	25,6%	20,9%
Capital	100,0%	100,0%	100,0%
Fernandópolis	20,4%	18,4%	6,1%
Franca	8,7%	4,3%	8,7%

Indicadores são produzidos por:

- **23,9%** dos municípios na demanda por serviços e benefícios;
- **21,2%** na oferta de serviços e benefícios;
- **Apenas 14%** para diagnósticos relativos à incidência de situações de violência e violação de direitos.

Fonte: CensoSuas SP/2014

DRADS Maiores percentuais:

Demandas: **ABC** (71,4%)
 Oferta: **ABC** (57,1%)
 Violências/violação de direitos: **Baixada Santista** (44,4%)

DRADS Menores percentuais:

Demandas: **Franca** (8,7%)
 Oferta: **Franca** (4,3%)
 Violências/violação de direitos: **A. Sorocabana** (0%)

Indicadores são produzidos por:

- **23,9%** dos municípios na demanda por serviços e benefícios;
- **21,2%** na oferta de serviços e benefícios;
- **Apenas 14%** para diagnósticos relativos à incidência de situações de violência e violação de direitos.

Fonte: CensoSuas SP/2014

DRADS	DEMANDA SERVIÇOS	OFERTA DE SERVS E BNFC	INCID VIOLÊNCIA E DEF.DIREITOS
GD São Paulo ABC	71,4%	57,1%	42,9%
GD São Paulo Leste	40,0%	40,0%	40,0%
GD São Paulo Norte	33,3%	33,3%	0,0%
GD São Paulo Oeste	13,3%	13,3%	6,7%
Itapeva	22,2%	16,7%	11,1%
Marília	15,8%	15,8%	10,5%
Mogiana	20,0%	15,0%	10,0%
Piracicaba	25,9%	14,8%	14,8%
Ribeirão Preto	20,0%	24,0%	16,0%
São José do Rio Preto	29,8%	29,8%	21,3%
Sorocaba	32,3%	29,0%	16,1%
Vale do Paraíba	33,3%	33,3%	10,3%
Vale do Ribeira	42,9%	35,7%	35,7%
São Paulo	23,9%	21,2%	14,0%

DRADS Maiores percentuais:

Demandas: **ABC** (71,4%)

Oferta: **ABC** (57,1%)

Violências/violação de direitos: **Baixada Santista** (44,4%)

DRADS Menores percentuais:

Demandas: **Franca** (8,7%)

Oferta: **Franca** (4,3%)

Violências/violação de direitos: **A. Sorocabana** (0%)

Funções da Assistência Social



- Alçar a Assistência Social à condição de política institucional que efetiva direitos, implica em reconhecer todos os cidadãos “com direito a ter direito”. Essa dupla dimensão – efetivar direitos para uma parcela e ao mesmo tempo reconhecer os que por eles não foram abrangidos – constrói o lugar político institucional de Vigilância Socioassistencial na política de assistência social e em seu processo de gestão, que deve seguir os princípios da matricialidade sociofamiliar, territorialização, descentralização e participação democrática.

- A NOB 2012 no artigo 87 evidencia a Vigilância Socioassistencial enquanto uma função da política de assistência social:
 - A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e trata:
 - I – das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios;
 - II – do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. (Brasil, 2012:p.40)

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL FUNÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

não é ação pessoal ou individual de um profissional

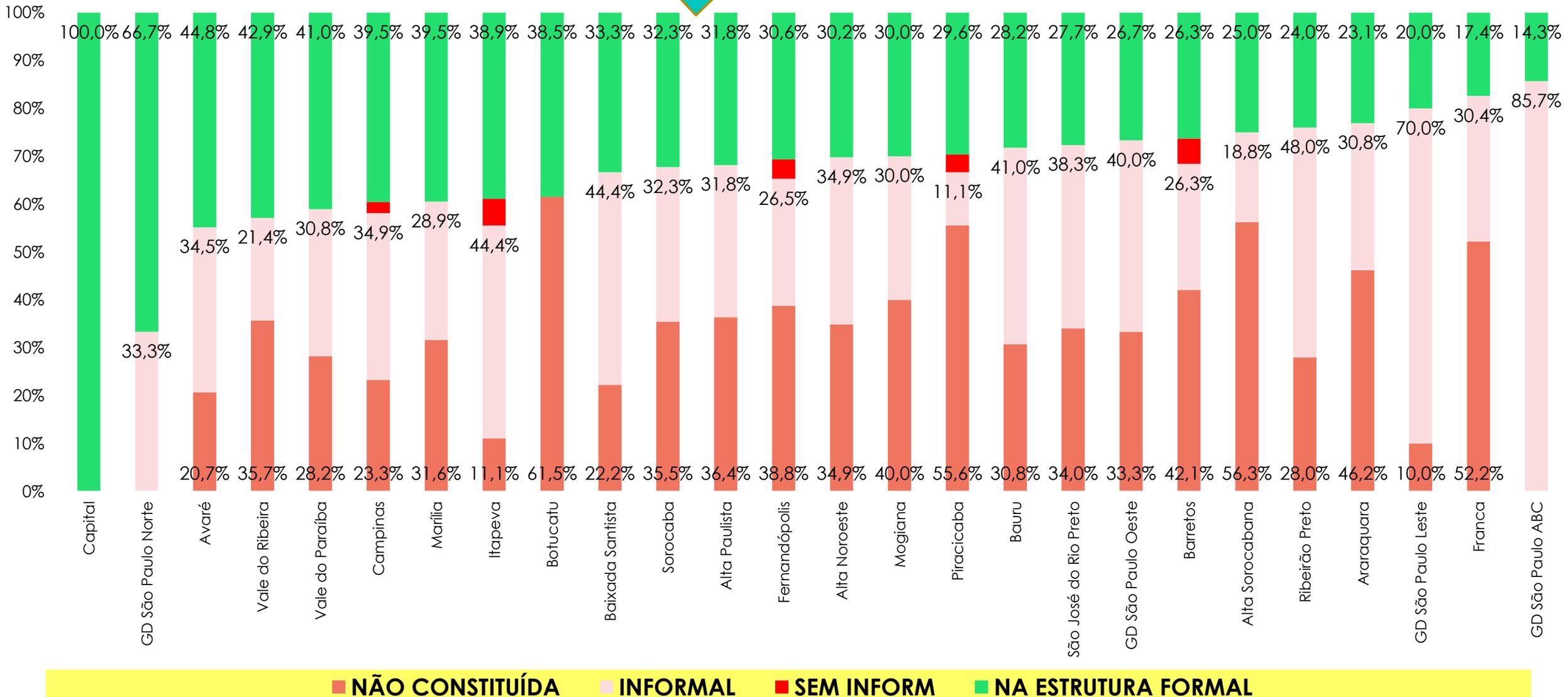
área de produção de resultados na política de assistência social

demandas “**um lugar**” na organização administrativa com pessoal capacitado

Lugar da Vigilância Socioassistencial na organização administrativa São Paulo

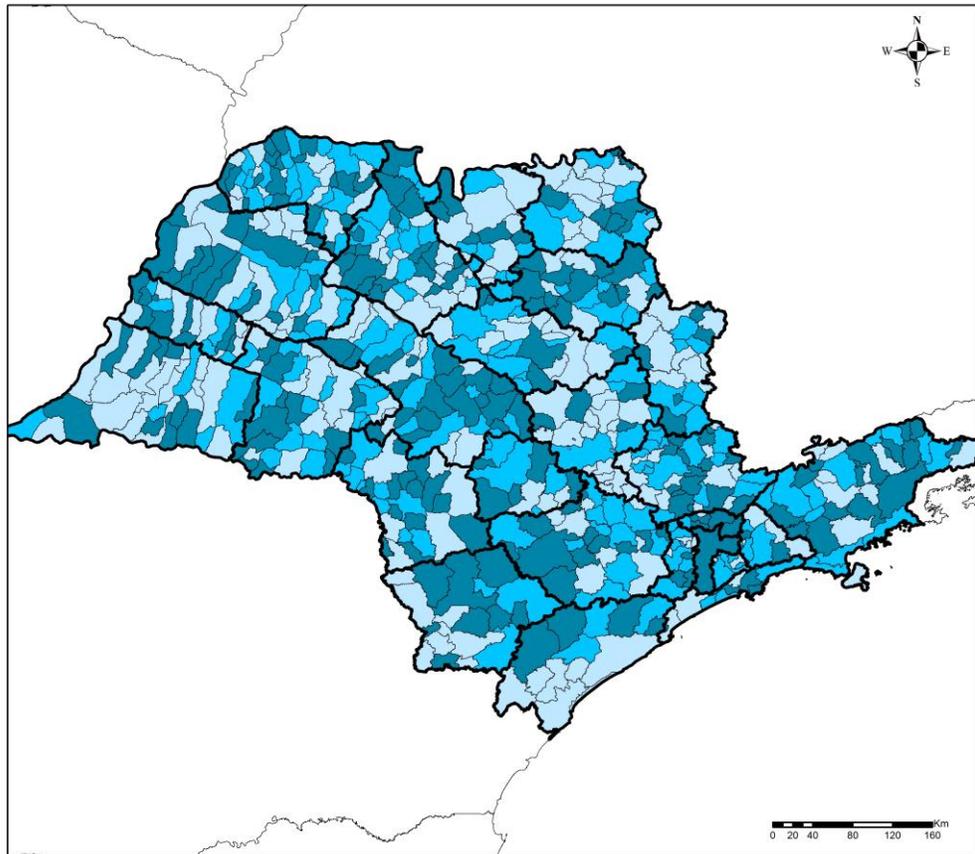
Média Estado 31,9

Fonte: CensoSuas SEDS-SP/2014

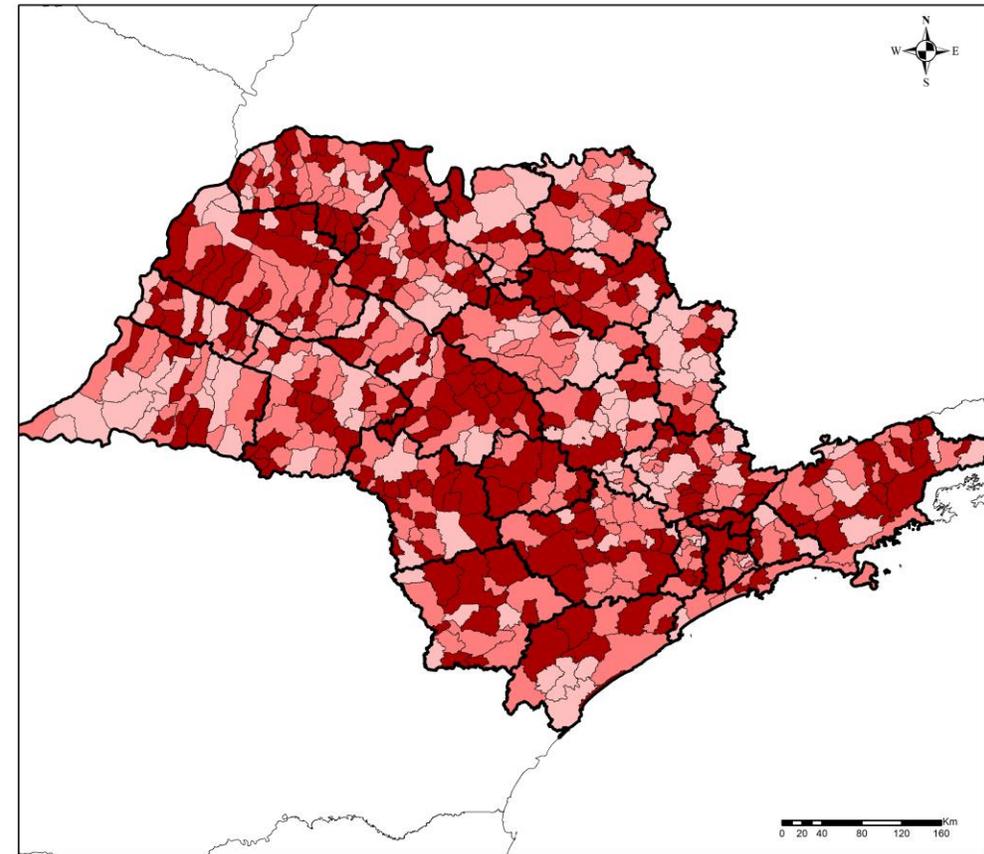


FONTE: CENSO SUAS 2014 (MDS) CONSTITUIÇÃO DAS ÁREAS DE VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL



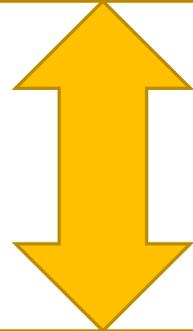
MONIOTRAMENTO E VIGILÂNCIA



- Institucionalizar a assistência social como dever do Estado exige não só explicitar quais são suas responsabilidades, princípios e diretrizes como também estabelecer concretamente sua capacidade de ação perante as necessidades pelas quais tem que responder, identificando com que intensidade se expressam no contexto da sociedade brasileira.
- Não se trata de um setor ou uma área isolada da gestão, responsável pela produção de informações. É mais do que isso: as informações produzidas necessitam fazer sentido para a gestão, devem servir para proteger melhor, para defender melhor os direitos dos usuários dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

VIGILÂNCIA SOCIAL

**FUNÇÃO DA
POLÍTICA**



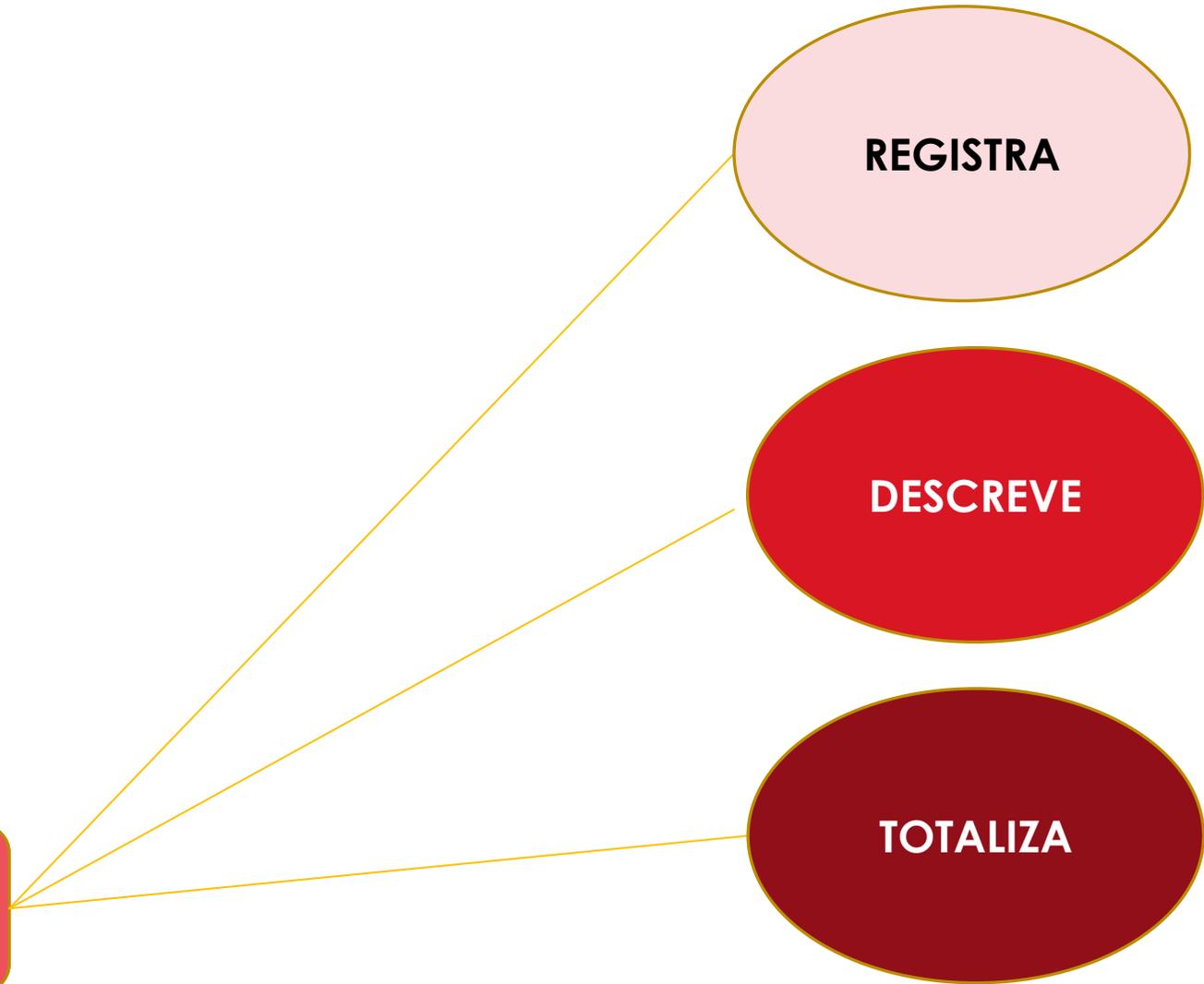
MONITORAMENTO

FERRAMENTAS

REGISTRA

DESCREVE

TOTALIZA



- 
- Os resultados da função de vigilância socioassistencial produzem elementos de referência, parâmetros e como tal são, ao mesmo tempo, insumos para o processo de gestão ao produzir conhecimentos para o planejamento institucional e da ação dos agentes institucionais.
- 

- O exercício dessa função tem escalas que compreendem desde o local, pode-se aqui incluir o cotidiano, o contexto de cidades, de regiões, o contexto nacional e mesmo o contexto institucional. Reconhecer essa escalas no âmbito do SUAS, um sistema único, significa objetivar o que cabe como responsabilidade a cada nível de gestão no âmbito da vigilância socioassistencial.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

MATERIALIDADE

CONHECIMENTO DA REALIDADE

recortes territoriais

- ente federativo
- regiões
- cidades
- distritos
- bairros
- territórios (áreas de abrangência)

recortes do âmbito da proteção social

- famílias
- vitimizações
- desproteções
- ...
- ...
- ...

○ **Atitude Ativa** face a responsabilidade público estatal:

□ conhecimento do real precede a ação

○ **Novo domínio** do tempo da ação (**passado – presente – futuro**)

□ construção de **horizonte** = PLANO

○ **Domínio da Ação**

○ Como capacidade

○ como disseminação e transparência: (poder do técnico x democracia)

□ como efeito político

○ A vigilância na assistência social deve orientar a produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas sobre:

- **Mapeamento das necessidades e demandas por seguranças socioassistenciais expressas nas diversas escalas territoriais e institucionais;**
- **Grau de adequação da oferta de serviços, programas e benefícios socioassistenciais em função do reconhecimento de como as demandas se fazem presente e se configuram concretamente nos territórios;**
- **Padrão de qualidade da oferta de serviços, programas e benefícios e acompanhamento dos processos e resultados operados e alcançados pela rede socioassistencial.**

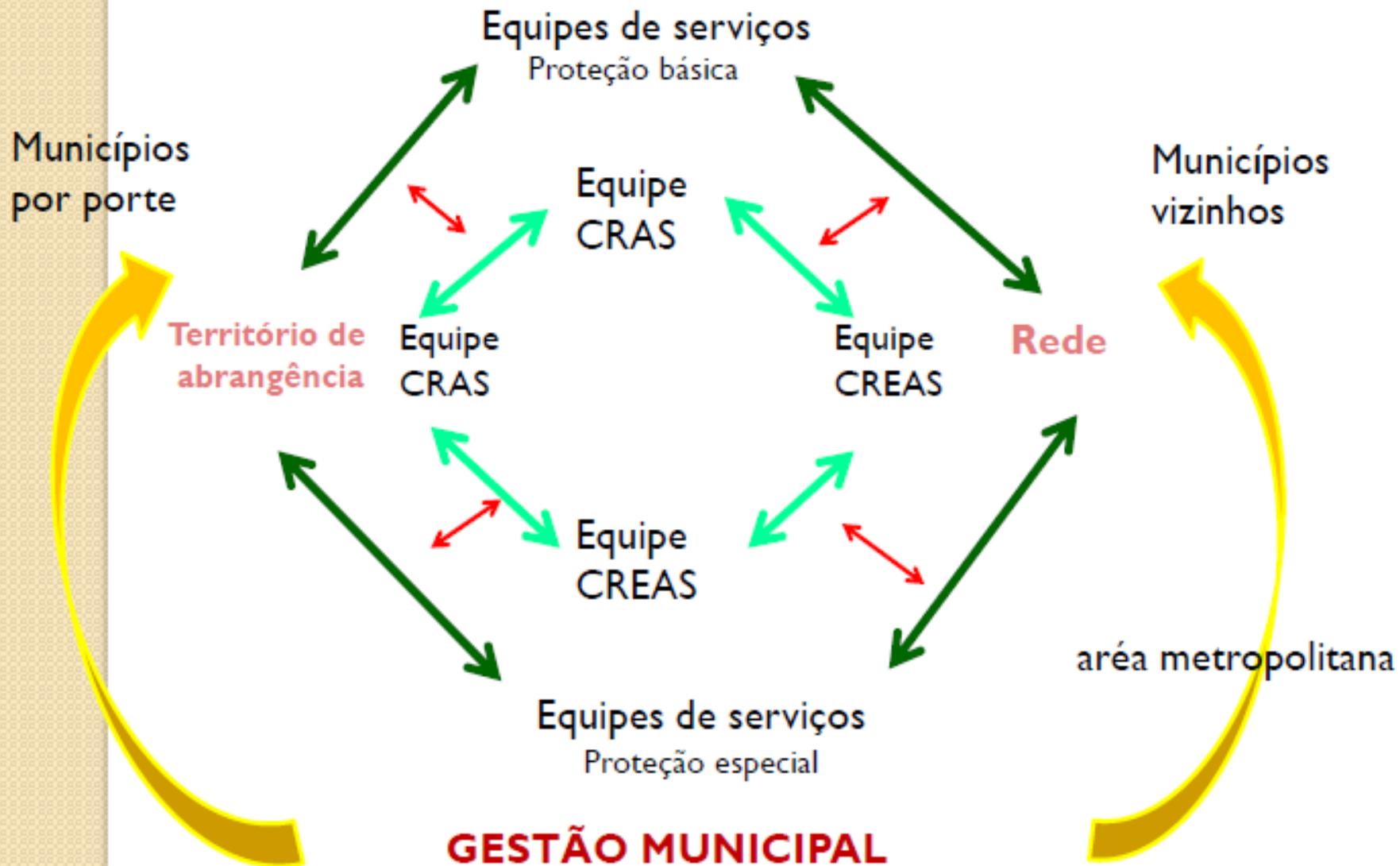
a relação de proteção-desproteção

- Considerar esta perspectiva na Assistência Social permite fazer o exercício de identificação das desproteções sociais face às seguranças socioassistenciais de acolhida, convívio e renda, integrando a relação proteção/desproteção/provisão, para:
- **Identificar a incidência territorial das desproteções**, pois a partir disso é possível mapear e caracterizar a demanda e estabelecer o diálogo com a oferta de serviços socioassistenciais para verificar o seu grau de adequação em termos de capacidade instalada e a que falta por instalar.
- **Medir a gradualidade das ocorrências dessas desproteções**, o que implica acompanhar a incidência/intensidade dessas desproteções ao longo do tempo. Isto se torna referência tanto para a previsão e estabelecimento de metas para a gestão dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, como para fortalecer a dimensão da prevenção na política de assistência social.
- **Identificar trajetórias e circulação dos usuários da Assistência Social na rede socioassistencial**, pois auxilia na compreensão de como as necessidades operam no interior da rede e promove a definição de diretrizes de articulação dos serviços socioassistenciais, rompendo com o atendimento fragmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas.
- **Identificar os entraves e barreiras de acesso à oferta de serviços**, pois como veremos no capítulo três, a existência de serviços não garante necessariamente o acesso, nem o encaminhamento esgota uma demanda. Portanto, há que se compreender o que impede o acesso da população potencial usuária da Assistência Social à oferta de serviços da rede socioassistencial e/ou de outras políticas setoriais.

Novo perfil para os profissionais

- Saber onde buscar informações relevantes e se apropriar das formas de consulta das informações;
- Ler e compreender os dados produzidos por essas fontes;
- Relacionar essas informações, com aquelas produzidas pelas equipes que trabalham diretamente com a população;
- Construir indicadores de análise de demanda, de acompanhamento e de avaliação da rede socioassistencial.

CIRCULARIDADE NA GESTÃO



A Vigilância Socioassistencial

deve incorporar a circularidade da gestão no desenho dos fluxos das informações, permitindo assim a troca entre as equipes das diversas unidades que prestam serviços socioassistenciais (sejam da rede pública ou conveniada), entre serviços e benefícios, entre as equipes de proteção social básica e especial, bem como entre a Assistência Social e as outras políticas setoriais.

Risco social

- Segundo a NOB SUAS 2010, **risco** é a probabilidade ou iminência de um evento acontecer. É um conceito articulado com a disposição ou capacidade de se antecipar para preveni-lo ou, caso isso não seja possível, ao menos minorar seus efeitos. Segundo a PNAS, constituem situações de risco a iminência ou ocorrência dos seguintes eventos:
 - ☑ violações de direitos, tais como situações de violência intrafamiliar; negligência; maus tratos; violência, abuso ou exploração sexual; trabalho infantil; discriminação por gênero, etnia, etc.
 - ☑ fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, englobando famílias ou indivíduos em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas ou de medidas socioeducativas; privação do convívio familiar ou comunitário de idosos em instituições de acolhimento; indivíduos dependentes submetidos à privação do convívio comunitário, ainda que residindo com a própria família.

○ Por sua vez, a **vulnerabilidade** compreende situações ou identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos – situações essas que têm origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas. A vulnerabilidade não é só financeira; ela envolve a relação entre direitos e rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer a sua cidadania.

○ Segundo a NOB SUAS 2010,

“a análise das vulnerabilidades deve considerar, de um lado, a estrutura de oportunidades da sociedade e o grau de exposição dos sujeitos individuais ou coletivos aos riscos sociais em sentido amplo, e de outro, os ‘ativos’ materiais, educacionais, simbólicos e relacionais, dentre outros, que afetam a capacidade de resposta dos grupos, famílias e indivíduos às situações adversas”.

Como eu faço para mensurar vulnerabilidade e risco?

- Como são conceitos abstratos, para serem diagnosticados, monitorados e avaliados, risco e vulnerabilidade necessitam ser traduzidos em medidas objetivas e quantificáveis por meio de algum recurso metodológico simples e padronizado. O recurso metodológico mais utilizado são os **indicadores**.



INDICADORES

“Indicadores permitem reconstituir um retrato aproximado de determinadas dimensões da realidade social vivenciada”.

(JANNUZZI, 2011, p.15)

“Contudo, não podemos sobre-estimar a capacidade de síntese e objetivação da realidade que as fotos e os indicadores podem proporcionar”.

(JANNUZZI, 2011, p. 15)



Para Jannuzzi (2006, p. 22)

No campo aplicado das Políticas Públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou demanda de interesse programático na área social.



“Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente”.

(JANNUZZI, 2011, p. 22)



○ Os indicadores servem para:

☑ subsidiar e facilitar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo;

☑ monitorar e avaliar os resultados das ações governamentais sobre as condições de vida e bem-estar da população, alimentando o processo decisório com informações qualificadas;

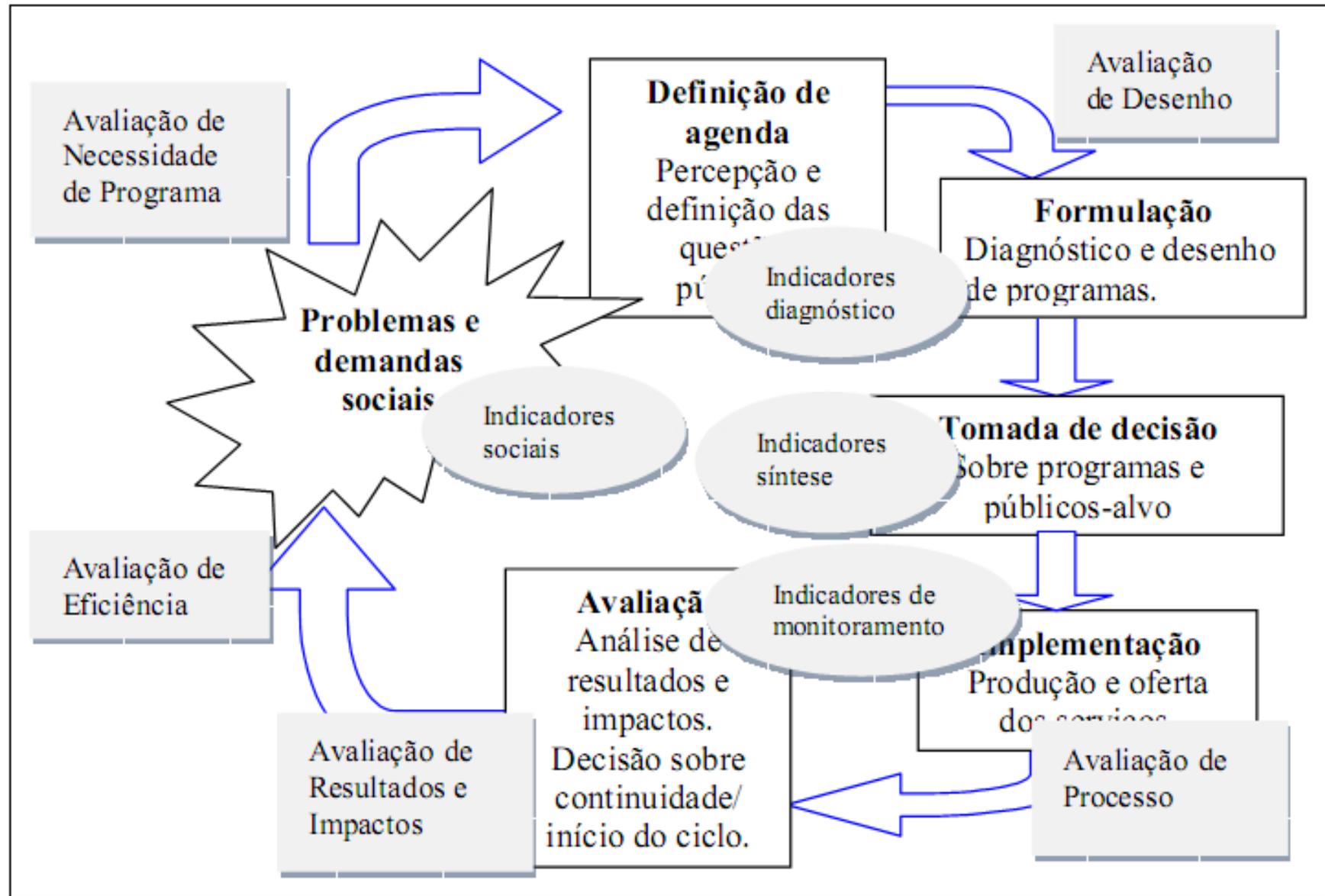


Guia Metodológico sobre Indicadores.

Ministério de Planejamento

- *Um indicador é um “sinalizador de algum aspecto, característica ou qualidade da realidade a ser observado, medido e analisado. Nesse sentido, é um recurso metodológico para aferir a realidade social, de forma simplificada, mas objetiva e padronizada” (Valarelli, 2008: p37). Como tais, orientam o processo de monitoramento e organização das informações.*

Informação no Ciclo de Políticas Públicas



Indicadores Sociais

- Tal como as fotografias, os indicadores procuram retratar um aspecto da realidade. Fotos reduzem a tridimensionalidade da realidade para o plano bidimensional do papel fotográfico. Podem ser preto e branco ou coloridas, com maior nitidez, luminosidade ou contraste dependendo da resolução da máquina fotográfica e da destreza do fotógrafo em escolher o momento e contexto adequado para o que ele quer destacar.
- A imagem captada no indicador é também uma redução da realidade, isto é, uma representação simplificada de um aspecto da mesma, tão melhor quanto mais específico for o aspecto de interesse e quanto mais confiável e precisas as informações usadas para o cálculo do indicador.

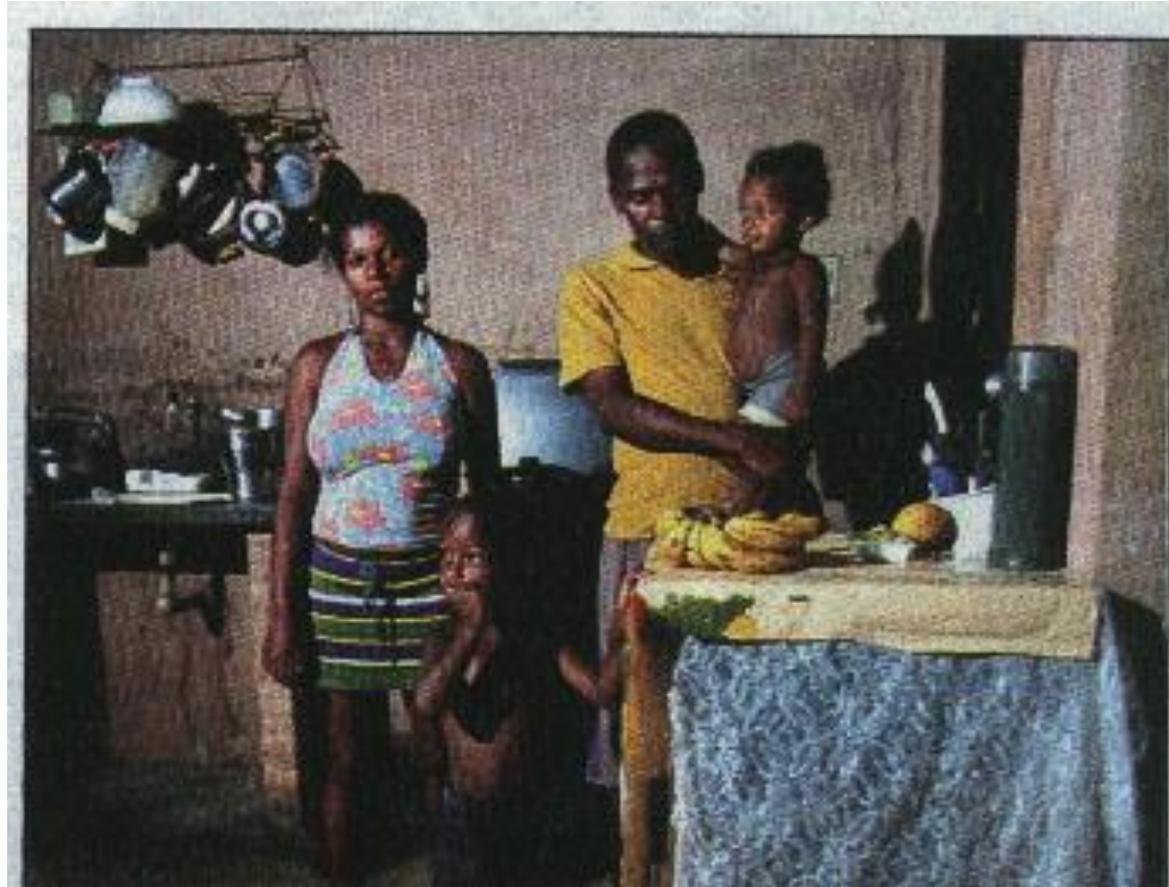
Retratando a realidade social....



Retratando a realidade social....



Retratando a realidade social...



- **Indicador:** conjunto de referências e medidas (convenções de equivalência) que transforma coisas, em princípio, disparatadas na realidade em 'fatos sociais', iluminando o que a sociedade considera como problemas públicos.

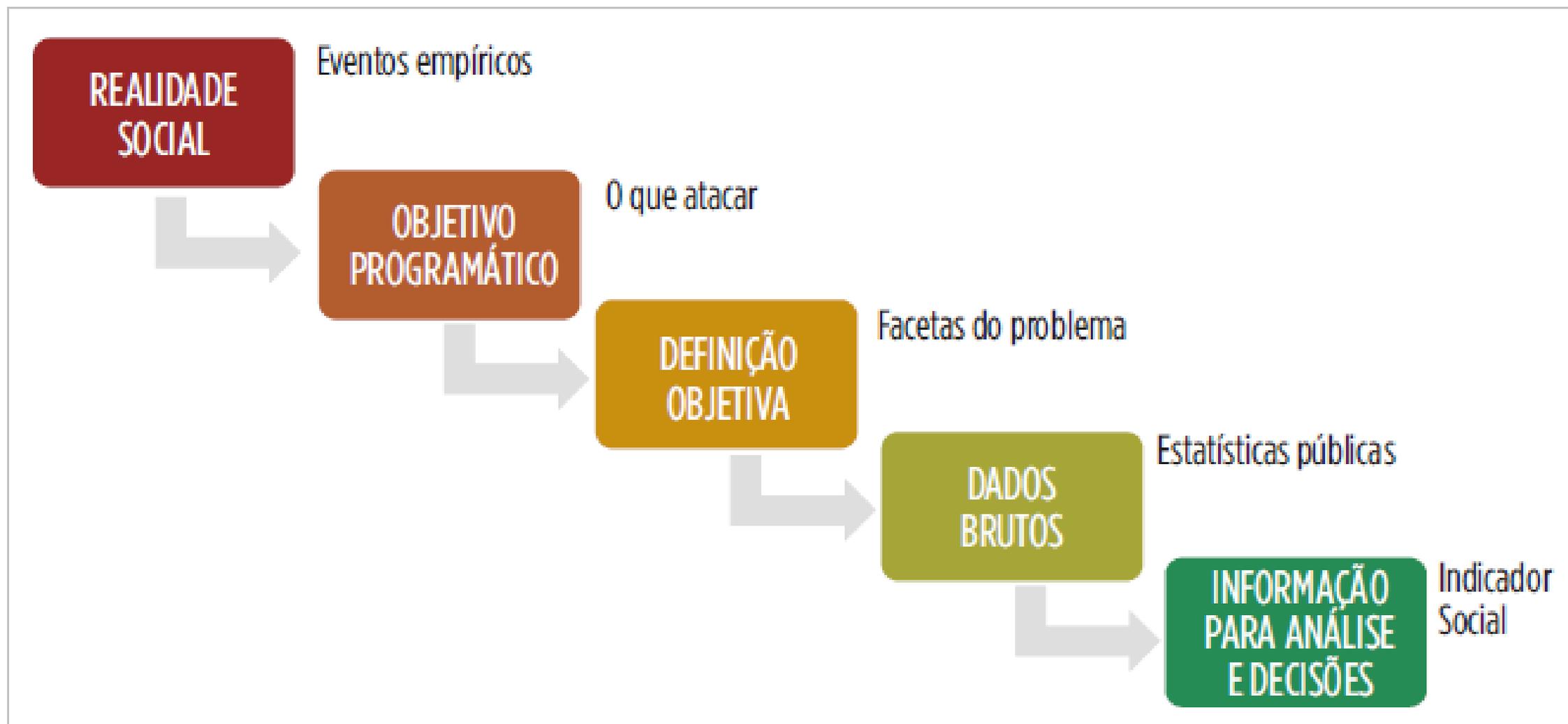
INDICADORES NÃO MEDEM A REALIDADE, MAS PARTICIPAM DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

- “A quantificação não fornece apenas um reflexo do mundo (ponto de vista usual), mas cria uma nova forma de pensar, de representar, de expressar o mundo e de agir sobre ele. Postular e construir um espaço de equivalência permitindo a quantificação, e, portanto, a medida, é um ato ao mesmo tempo político e técnico. É político na medida em que muda o mundo: comparar os plebeus e os nobres prefigura a noite do 4 de agosto, comparar os negros e os brancos convoca a abolição da escravatura, comparar as mulheres e os homens convoca o sufrágio verdadeiramente universal incluindo as mulheres”

- É necessário que as equipes técnicas implantem rotinas de monitoramento analítico, entendidas como **exercício sistemático de acompanhamento analítico de um conjunto determinado de indicadores**, capazes de representar os processos operados pelas políticas sociais e os resultados alcançados.

- A organização desta rotina é pensada a partir dos serviços e das proteções (básica e especial), conforme os parâmetros estabelecidos na PNAS/2004 e as NOB/2005 e 2012, identificando quais são os resultados e produtos necessários para orientar a operação; quais são referência para a análise socioterritorial tanto do ponto de vista da gestão quanto da operação e quais são vitais para a dimensão de acompanhamento e gerenciamento da política, entre as quais é possível destacar:
 - Mapeamento do perfil de famílias de referência territorial aos serviços para caracterização de necessidades e demandas de serviços proteção social básica e especial;
 - Caracterização da infraestrutura existente nos territórios e parâmetros de adequação da oferta de serviços socioassistenciais face à caracterização das necessidades e demandas mapeadas;
 - Identificação do acesso efetivo a serviços proteção social básica e especial e de demandas não cobertas nos territórios;
 - Apontamentos de vazios socioassistenciais nos territórios e de necessidades de ações de prevenção;
 - Identificação de padrões de isonomia e qualidade na oferta de seguranças de convívio, acolhida e renda.
 - Acompanhamento de indicadores de processo e de resultados das Proteções Sociais Básica e Especial.

Etapas de construção indicadores sociais



Fonte: Elaboração própria, com base em Jannuzzi (2012).

- Os **indicadores** são expressos em números, médias, razões, proporções, taxas, incidência ou prevalência. Cada um tem uma lógica própria de construção.

Nomenclatura e fórmula dos indicadores

NÚMERO: indicadores cuja definição é iniciada por um número ou população. São o resultado de uma contagem ou estimativa em valor absoluto, são dados comuns que, por terem sido dotados de um significado ou conceito, passam a ser considerados indicadores.

Exemplos:

Número de casos de dengue no Estado em 2008.

População residente no município em julho de 2009.

Nomenclatura e fórmula dos indicadores

MÉDIA: É o valor que representa um conjunto de valores da população. É definida como a soma de todos os valores da população, dividida pelo número de observações.

Exemplos:

Esperança média de vida ao nascer - 2007.

Renda média do trabalhador formal com nível superior no país em 2008.

média=

Soma da renda de todos
trabalhadores formais com nível superior

Número de trabalhadores formais
com nível superior

Nomenclatura e fórmula dos indicadores

RAZÃO: a razão entre dois números (quantidades) nada mais é do que a divisão entre duas medidas, sendo que o denominador não inclui o numerador, ou seja, são duas medidas separadas e excludentes. É geralmente expressa como “razão de a para b”, indicando quantas vezes a primeira medida contém a segunda. Quando o quociente resultante é inferior a 1, pode ser multiplicada por 100 para melhor interpretação. *Exemplo: Razão entre homens e mulheres alfabetizadas no país em 2008.*

razão =

$$\frac{\text{Número de homens alfabetizados}}{\text{Número de mulheres alfabetizadas}} \times 100$$

Nomenclatura e fórmula dos indicadores

PROPORÇÃO: é o coeficiente entre duas medidas, sendo o numerador o número de casos específicos e o denominador o número de casos possíveis na população, multiplicado por 100, estando sempre o numerador incluído no denominador. Pode ser usada para estimar a probabilidade de um evento. *Exemplo:*

Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza na população do Estado em 2008.

proporção =

$$\frac{\text{Número de pessoas com renda familiar per capita inferior a 1/2 salário mínimo}}{\text{População Total}} \times 100$$

Nomenclatura e fórmula dos indicadores

TAXA: é utilizada especialmente para acompanhar a variação de determinado fenômeno, em determinado tempo, estando associada com a velocidade e a direção (padrões) da mudança em processos dinâmicos. É um coeficiente assim como a proporção, mas o resultado é multiplicado por qualquer potência de 10 (100, 1 mil, 10 mil...), a fim de tornar o resultado de mais fácil compreensão. *Exemplo:*

Taxa de mortalidade infantil (a cada mil nascidos vivos) no Estado em 2007.

taxa=

$$\frac{\text{Número de óbitos de crianças menores de um ano de idade em 2007}}{\text{Número de crianças nascidas vivas em 2007}} \times 1.000$$

Nomenclatura e fórmula dos indicadores

INCIDÊNCIA: número de novos casos ou ocorrências surgidos em relação a uma determinada população e em um determinado intervalo de tempo. Pode avaliar, por exemplo, o ritmo de avanço de determinadas doenças ou epidemias. *Exemplo:*

Número de novos casos de AIDS registrados em relação à população do país em 2008.

incidência=

Número de casos de HIV/AIDS
registrados no ano de 2008

População em 2008

x100.000

Nomenclatura e fórmula dos indicadores

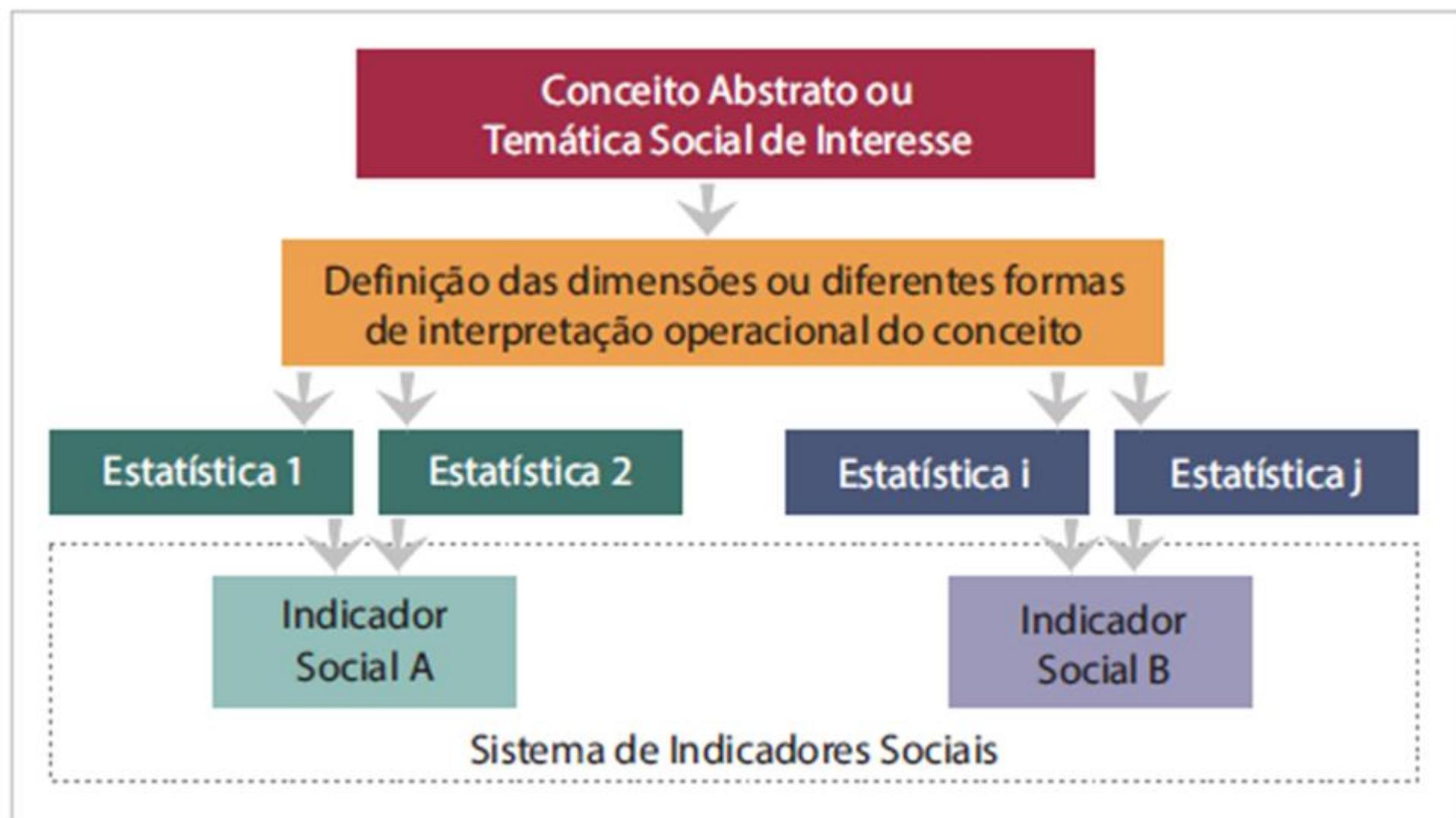
PREVALÊNCIA: número de casos existentes em relação a uma determinada população e em um determinado momento temporal. Na área da saúde, a prevalência ajuda o profissional a conhecer a probabilidade ou risco de um indivíduo sofrer de determinada doença. *Exemplo:*

Número de portadores de HIV/AIDS em relação à população do país em 2008.

prevalência=

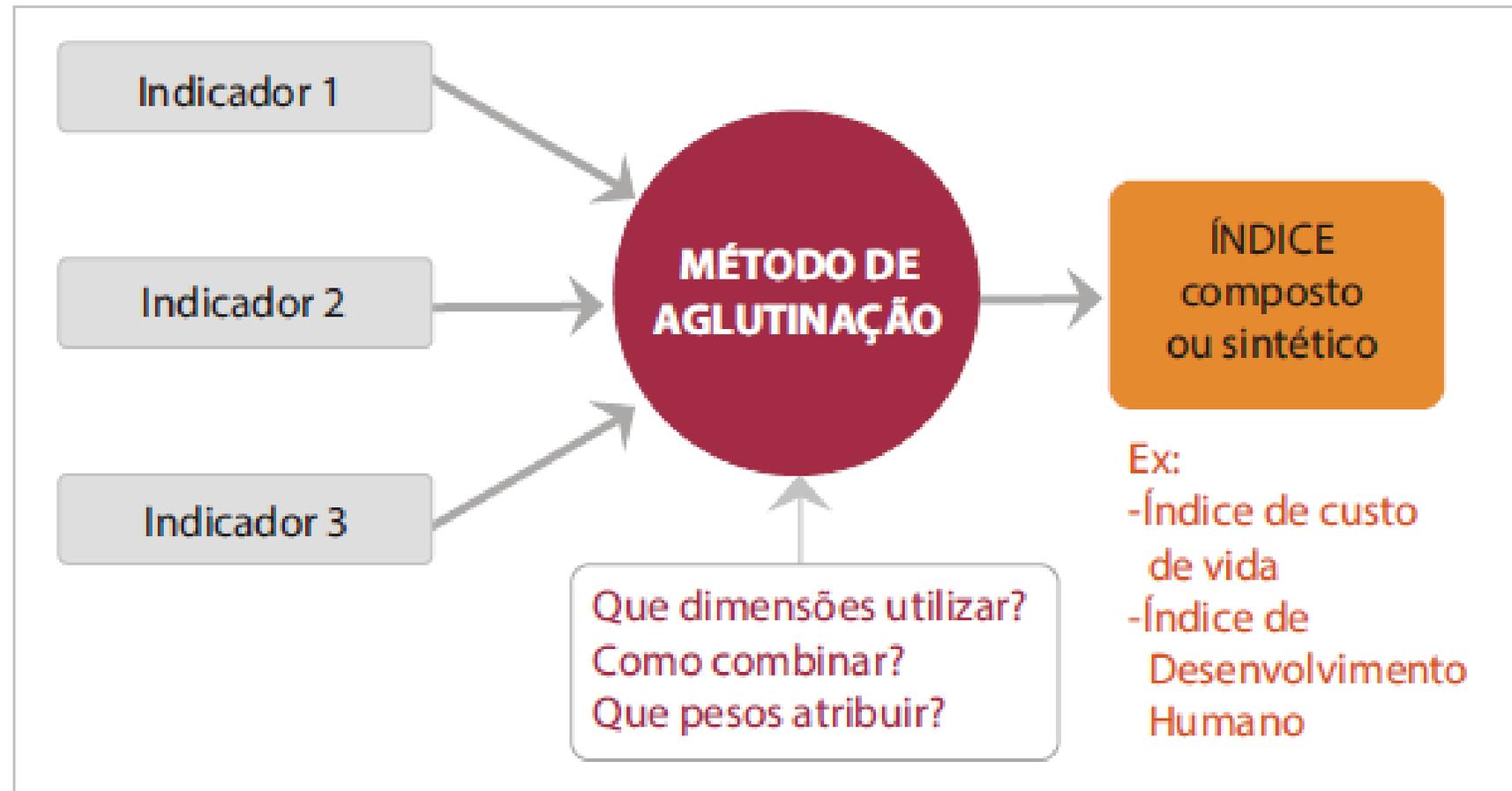
$$\frac{\text{Número de pessoas portadoras do vírus HIV/AIDS no ano de 2008}}{\text{População total em 2008}} \times 100.000$$

UM **INDICADOR** É CAPAZ DE RETRATAR,
SOZINHO, UM FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL
COMO A **VULNERABILIDADE SOCIAL** E A
DESPROTEÇÃO SOCIAL?



Fonte: Jannuzzi (2001).

Indicadores analíticos ou sintéticos



Fonte: Jannuzzi (2001).

**Quais são os indicadores
necessários para o Diagnóstico de
Políticas e Programas ?**

Um modelo para elaboração de Diagnósticos



Um modelo para elaboração de Diagnósticos



FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

Início

      | [Imprensa](#) | [Contato](#) | [Ouvidoria](#)

O Estado de São Paulo venceu as Paraolimpíadas Escolares de 2011, importante competição desportiva para estudantes com deficiência do mundo, realizada entre os dias 28 e 30 de agosto. Os atletas paulistas conquistaram 61 pontos, somando 160 medalhas. Saiba mais.



acessibilidade



REVISTA
CEPAM

PERFIL
2009 o 2012

DIAGNÓSTICO
MUNICIPAL

ummétodo
PARA GOVERNAR

eleições

Início
Institucional
Artigos
Assinatura
Áudio
Biblioteca
Cursos e Eventos
Fotos
Licitações e Contratos
Notícias
Órgãos e Entidades
Perguntas e Respostas
Portal de RH
Repertório
Transparência
BUSCA
pesquisar...



Cidades mais atraentes

O governo do Estado liberou cerca de R\$ 63 milhões, do fundo do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias, para cidades das Regiões Administrativas de Santos e de São José dos Campos investirem em obras de infraestrutura turística. Confira.



Preservando recursos hídricos



Retrato das prefeituras

Os resultados obtidos na pesquisa *Fortalecimento Institucional e Qualificação da Gestão Municipal* já podem ser consultados na publicação *Gestão Municipal no Brasil: Um Retrato das Prefeituras*. No capítulo sobre o Estado de São Paulo, o Cepam reuniu os principais dados coletados.

Leia também:

- Qualificação profissional
- Atenção à pessoa idosa
- Atendimento ao Cidadão
- Elaboração de projetos
- Aprender brincando
- Valorização do servidor
- Integração do Patrimônio Artístico
- Territórios bem planejados
- Administração em debate
- A primeira do Estado



Estrutura de um Diagnóstico

Análise da demanda ou dos cidadãos a serem providos de atenção o a atender

Características do assentamento territorial sua trajetória, identificação dos setores censitários que o compõem, tendências e perspectivas de crescimento da população, incidência de unidades familiares no território, incidência da demanda a ser provida de atenções de serviços e benefícios de assistência social

Características da proteção social no território em análise: características habitacionais e segurança habitacional, infraestrutura disponível, mobilidade , serviços sociais educacionais, culturais ,de saúde de lazer para a população.

Presença da rede socioassistencial e sua capacidade e qualidade
Presença de grupos organizados e de movimentos sociais ,lideranças políticas, partidos que atuam no território .

Formas de encontro dos moradores, redes de relações, de convívio e convivialidade.
Incidência de parentalidade no território.

Contexto Institucional

- **Ampliação do escopo e escala das Políticas Sociais (Const 1988)**
 - Até então, programa universal -> Educação Fundamental
 - Desde então-> SUS, Previdência rural, BPC, Bfam, SUAS, IMOQ
 - Coordenação Federal, implementação e gestão descentralizada
- **Mudanças Institucionais no setor público**
 - Retomada do planejamento como instrumento para a ação pública
 - Institucionalização do Planejamento Municipal
 - Mudança da auditoria TCU : formalidade -> resultados
 - Reforma Gerencial da Administração Pública
 - Forte aumento do nível médio de qualificação dos gestores públicos

Contexto da Produção de Estatísticas

- IBGE: fundação em 1936
- Até anos 1960: Censos Demográficos e Pesquisas Agropecuárias
- Anos 1970: Estruturação das pesquisas econômicas e sociais – Expansão dos RH
- Anos 1990: Início da reformulação das pesquisas para atender novas demandas ditadas pelas transformações econômicas e sociais – Investimentos em TIC e novos agentes produtores (Datusus, Inep etc)
- Anos 2000: Planejamento e efetivação das mudanças no Sistema Estatístico – Informação mais específica para Políticas Públicas



REFLETINDO...

**Quais são os indicadores necessários
para o diagnóstico**

Como escolher os indicadores ?

**Tem propriedades e tipologias de
Indicadores?**

Propriedade dos Indicadores

PLT p. 33 a 39

Propriedades dos Indicadores

1. *Relevância Social*
2. *Validade*
3. *Confiabilidade*
4. *Cobertura*
5. *Sensibilidade*
6. *Especificidade*
7. *Periodicidade na atualização*

8. *Desagregabilidade*
9. *Factibilidade para obtenção*
10. *Comunicabilidade*
11. *Replicabilidade de sua construção*
12. *Historicidade*

Propriedade dos indicadores – Relevância Social



ÉRAMOS SEIS, SEREMOS TRÊS

A fecundidade da brasileira despencou - em total de filhos por mulher

Em 1960, a brasileira tinha em média 6 filhos

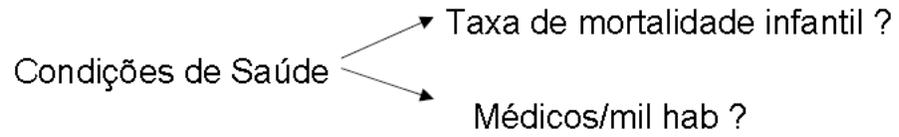
Em 1980, passou para 4 crianças

Em 2000, eram 2 filhos

Em 2020, a média será 1,5



Validade

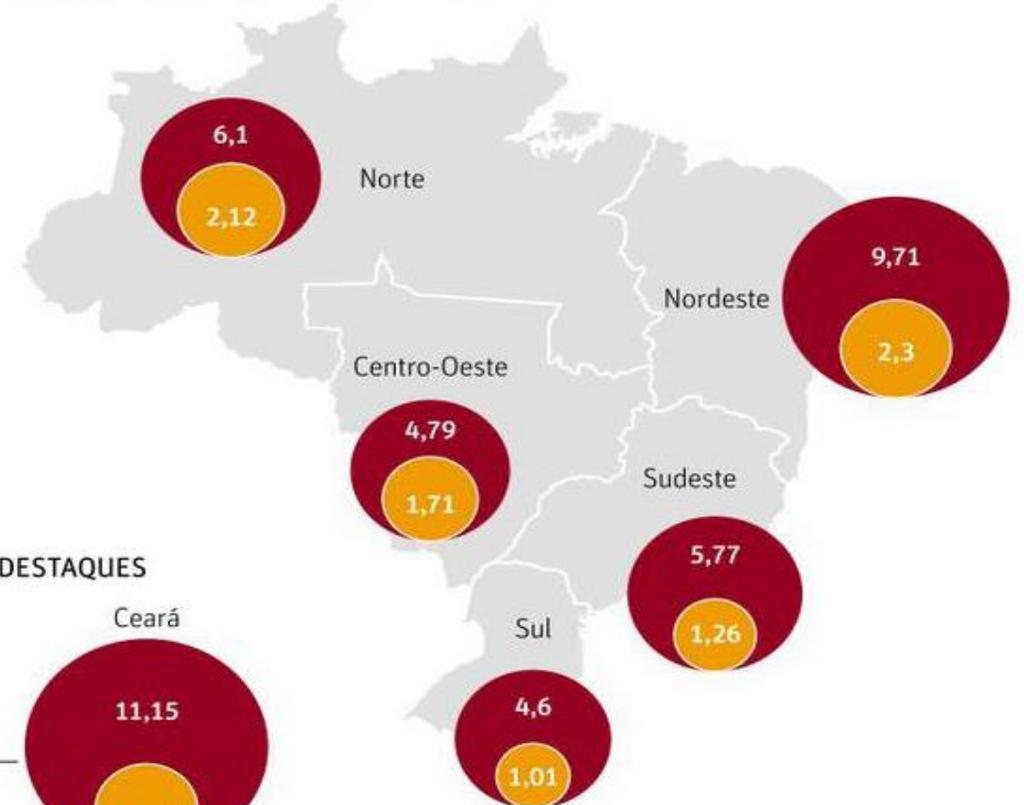


EM QUEDA

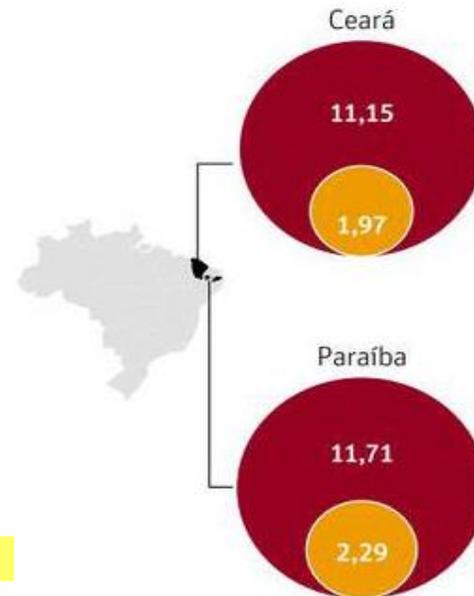
Mortalidade infantil diminui 75,8% em 30 anos

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL, POR REGIÃO, EM %

● Em 1980
 ● Em 2010



PRINCIPAIS DESTAQUES



PELO MUNDO

Posição no ranking mundial	País	Taxa de óbitos para cada mil nascimentos
1º	China	1,89
2º	Islândia	1,89
3º	Cingapura	1,97
47º	Chile	6,54
80º	Argentina	12,42
97º	Brasil	16,74
200º	Serra Leoa	121,96



Confiabilidade



mercado

comprar GVT por
US\$ 9,3 bilhões



IBGE erra na Pnad, e governo decide abrir sindicância

Segundo o instituto, peso de regiões metropolitanas foi superestimado em 7 Estados, alterando os resultados

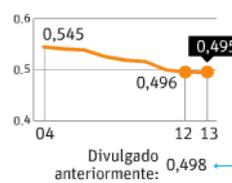
REFAZENDO AS CONTAS

IBGE divulga alterações em resultados um dia após a Pnad

Analfetismo das
pessoas com 15 anos
ou mais, em %



Índice de Gini, para
rendimento médio mensal
dos trabalhadores*



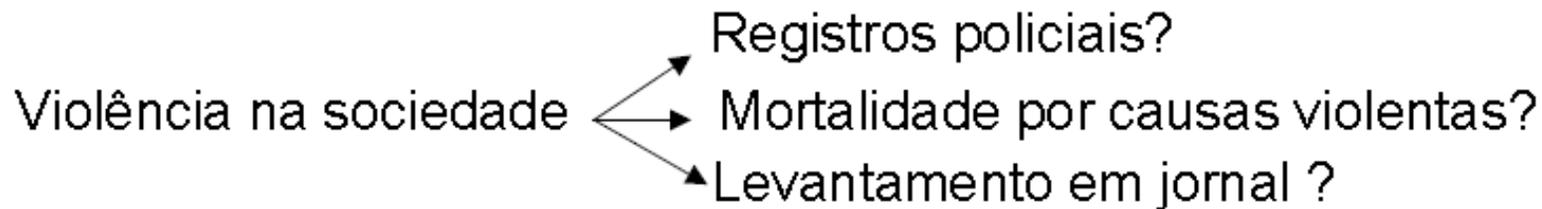
3,8%
foi a média de variação
do rendimento do
trabalho em todas as
faixas de renda.
Número anterior: 5,7%

R\$ 1.651
foi o rendimento das
pessoas ocupadas em
2013. Número anterior:
R\$ 1.681

*Mede o grau de concentração de rendimento, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima). Fonte: Pnad/IBGE

IBGE afirma que errou e muda dado sobre desigualdade

Um dia após a divulgação da Pnad, o IBGE, instituto oficial de estatística do país, reconheceu que a pesquisa continha vários erros. O índice de Gini, medida da desigualdade, passou de 0,496 em 2012 para 0,495 em 2013, o que indica estagnação. Antes, o índice divulgado para 2013 era 0,498. **Mercado 1 B1**



Sensibilidade

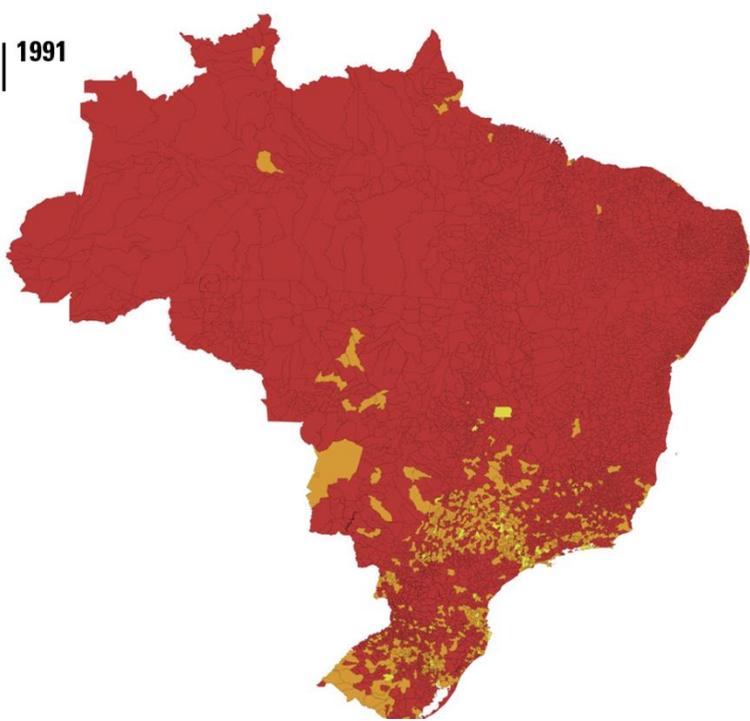


Vacinação
Saneamento
Nutrição
Clima/ambiente

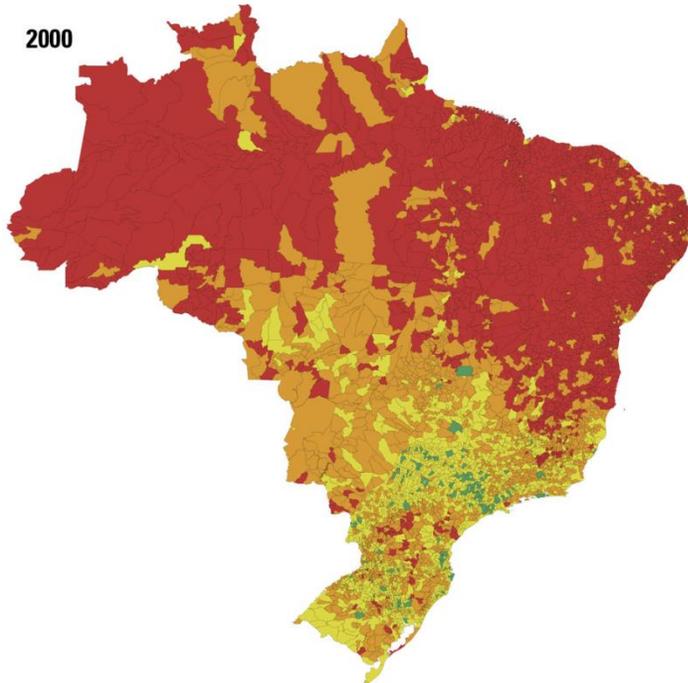


Indicadores de
mortalidade
ou morbidade
infantil

1991

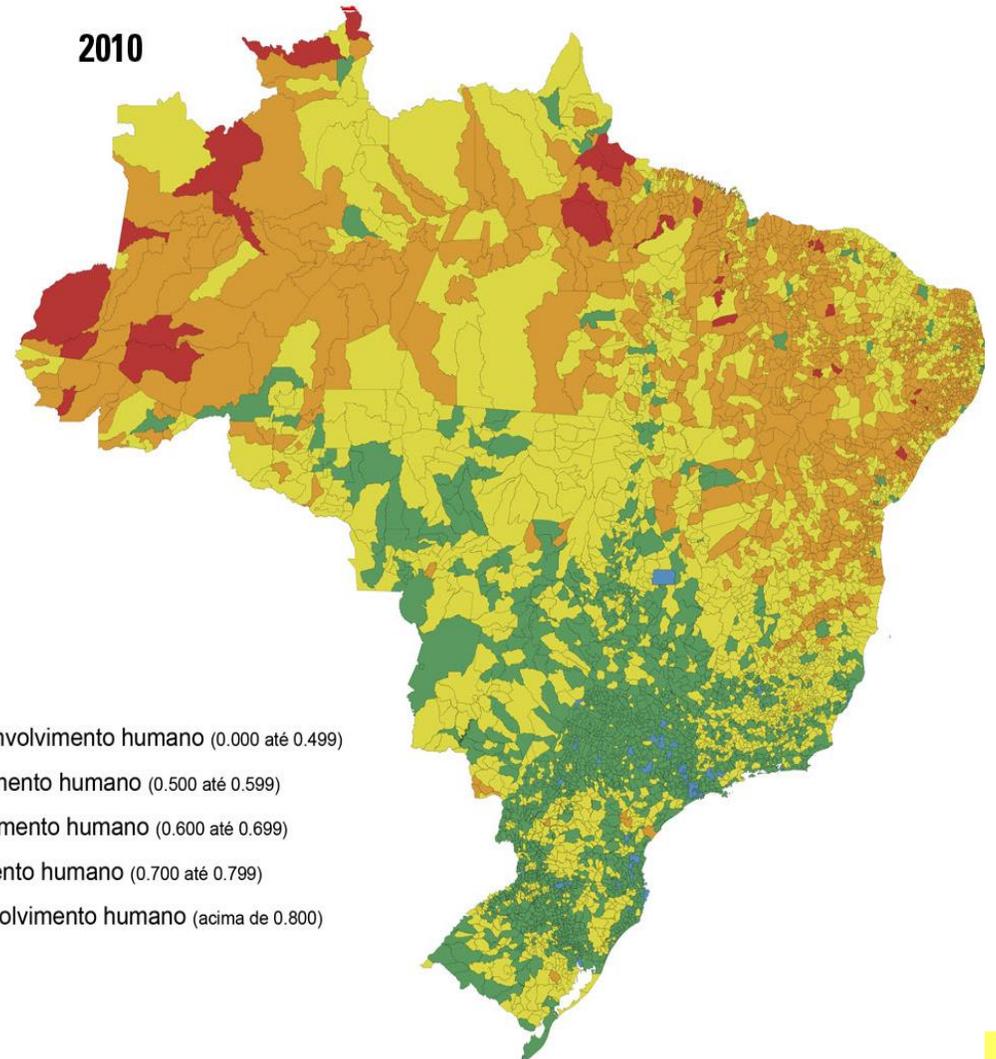


2000



Especificidade IDH

2010



Legenda

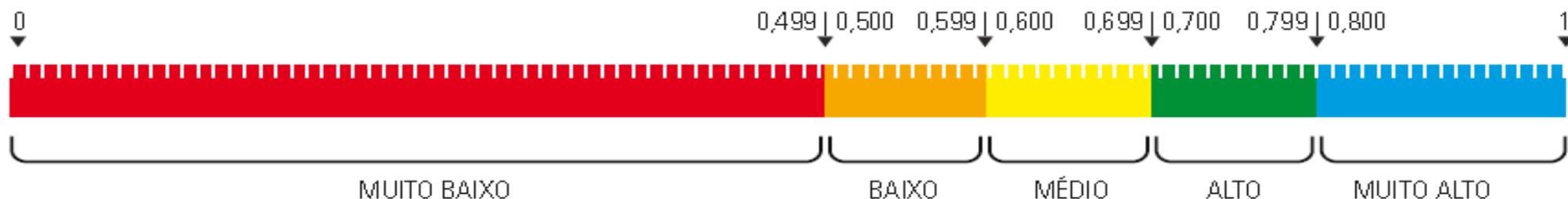
IDHM

-  muito baixo desenvolvimento humano (0.000 até 0.499)
-  baixo desenvolvimento humano (0.500 até 0.599)
-  médio desenvolvimento humano (0.600 até 0.699)
-  alto desenvolvimento humano (0.700 até 0.799)
-  muito alto desenvolvimento humano (acima de 0.800)

Como ler o IDHM 2013

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município.

Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



Vida longa e saudável (longevidade)

Ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena. A promoção do desenvolvimento humano requer que sejam ampliadas as oportunidades que as pessoas têm de evitar a morte prematura, e de garantir a elas um ambiente saudável, com acesso à saúde de qualidade, para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental.



Acesso ao conhecimento (educação)

O acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. Educação constrói confiança, confere dignidade e amplia os horizontes e as perspectivas de vida.



Padrão de vida (renda)

A renda é essencial para acessarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas também para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades. A renda é um meio para uma série de fins, possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida.

Inteligibilidade de sua construção

	LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO		RENDA
		População Adulta	População Jovem	
IDHM Brasil 2013	Esperança de vida ao nascer	18+ com fundamental completo (peso 1)	% 5-6 na escola % 11-13 nos anos finais do fundamental % 15-17 com fundamental completo % 18-20 com médio completo (peso 2)	Renda mensal <i>per capita</i> (em R\$ ago/2010)
IDH Global	Esperança de vida ao nascer	Média de anos de estudo de 25+	Anos Esperados de Estudos	Renda Média Nacional <i>per capita</i> (US\$ ppp2005)
IDHM 2003	Esperança de vida ao nascer	Taxa de alfabetização 15+ (Peso 2)	Taxa bruta de frequência à escola (Peso 1)	Renda mensal <i>per capita</i> (em R\$ ago/2000)

IDH

DIMENSÃO ÍNDICES E INDICADORES

		1991	2000	2010
	IDHM	0,493	0,612	0,727
	Longevidade			
	IDHM Longevidade	0,662	0,727	0,816
	Esperança de vida ao nascer (anos)	64,7	68,6	73,9
	Educação			
	IDHM Educação	0,279	0,456	0,637
	Subíndice: Escolaridade da população adulta	0,301	0,398	0,549
	População com 18 anos de idade ou mais que concluiu o ensino fundamental (%)	30,1	39,8	54,9
	Subíndice: Fluxo escolar da população jovem	0,268	0,488	0,686
	População de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola (%)	37,3	71,5	91,1
	População de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do ensino fundamental*(%)	36,8	59,1	84,9
	População de 15 a 17 anos de idade com o ensino fundamental completo (%)	20,0	39,7	57,2
	População de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo (%)	13,0	24,8	41,0
	Renda			
	IDHM Renda	0,647	0,692	0,739
	Renda mensal per capita (R\$)	447,56	592,46	793,87

*Anos finais: 6º ao 9º ano do ensino fundamental Fonte: IPEA, PNUD e FJP

Periodicidade

Indicadores

Censos Demográficos - 10/10 anos

Pesquisas de emprego - mensais

Registros Administrativos - diário ?



Propriedades dos Indicadores

Na prática, nem sempre o indicador de maior validade é o mais confiável; nem sempre o mais confiável é o mais intelegível; nem sempre o mais claro é o mais sensível; enfim, nem sempre o indicador que reúne todas estas qualidades é passível de ser obtido na escala espacial e periodicidade requerida.

Tipologias de Indicadores

- Indicador simples/composto
- Indicador descritivo/normativo
- Indicador quantitativo/qualitativo
- Indicador objetivo/subjetivo
- Indicador insumo/fluxo/produto
- Indicador esforço/resultados
- Indicador performance/estoque
- Indicador eficiência/eficácia/efetividade social
- Indicador absoluto/relativo

Indicadores simples e composto

ÉRAMOS SEIS, SEREMOS TRÊS

A fecundidade da brasileira despencou - em total de filhos por mulher

Em 1960, a brasileira tinha em média 6 filhos

Em 1980, passou para 4 crianças

Em 2000, eram 2 filhos

Em 2020, a média será 1,5



fecundidade

IDH

DIMENSÃO ÍNDICES E INDICADORES

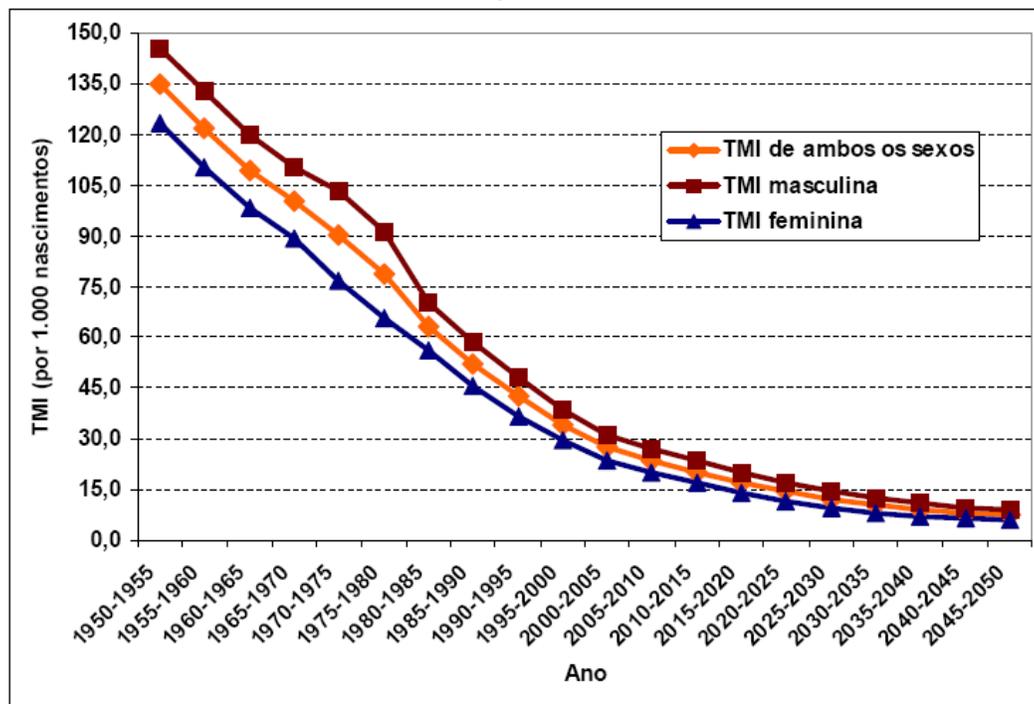
	1991	2000	2010
IDHM	0,493	0,612	0,727
♥ Longevidade			
IDHM Longevidade	0,662	0,727	0,816
Esperança de vida ao nascer (anos)	64,7	68,6	73,9
📖 Educação			
IDHM Educação	0,279	0,456	0,637
Subíndice: Escolaridade da população adulta	0,301	0,398	0,549
População com 18 anos de idade ou mais que concluiu o ensino fundamental (%)	30,1	39,8	54,9
Subíndice: Fluxo escolar da população jovem	0,268	0,488	0,686
População de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola (%)	37,3	71,5	91,1
População de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do ensino fundamental*(%)	36,8	59,1	84,9
População de 15 a 17 anos de idade com o ensino fundamental completo (%)	20,0	39,7	57,2
População de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo (%)	13,0	24,8	41,0
💰 Renda			
IDHM Renda	0,647	0,692	0,739
Renda mensal per capita (R\$)	447,56	592,46	793,87

*Anos finais: 6º ao 9º ano do ensino fundamental Fonte: IPEA, PNUD e FJP

Indicador descritivo e normativo

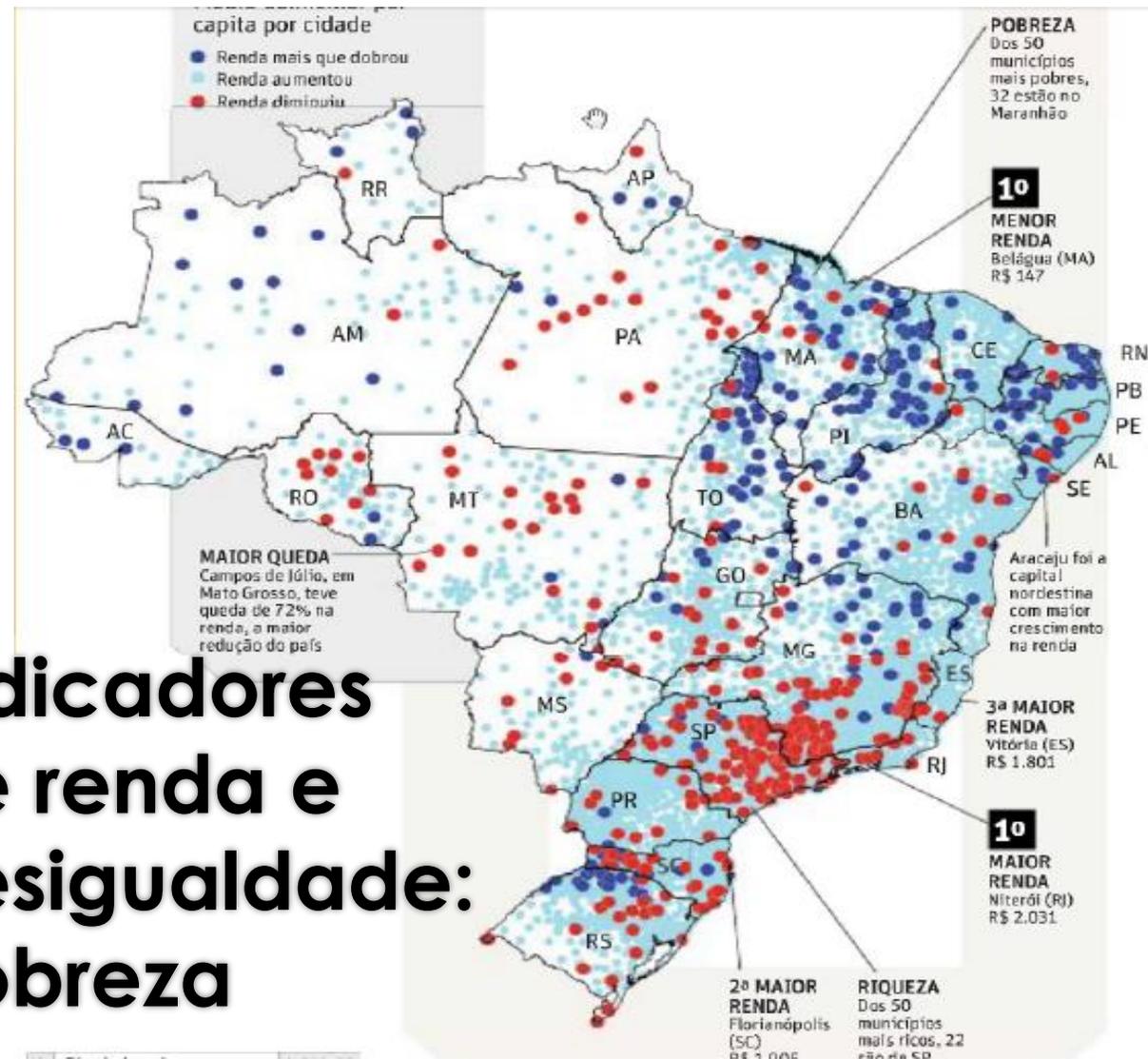
TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL BRASIL, 1950-2050

19



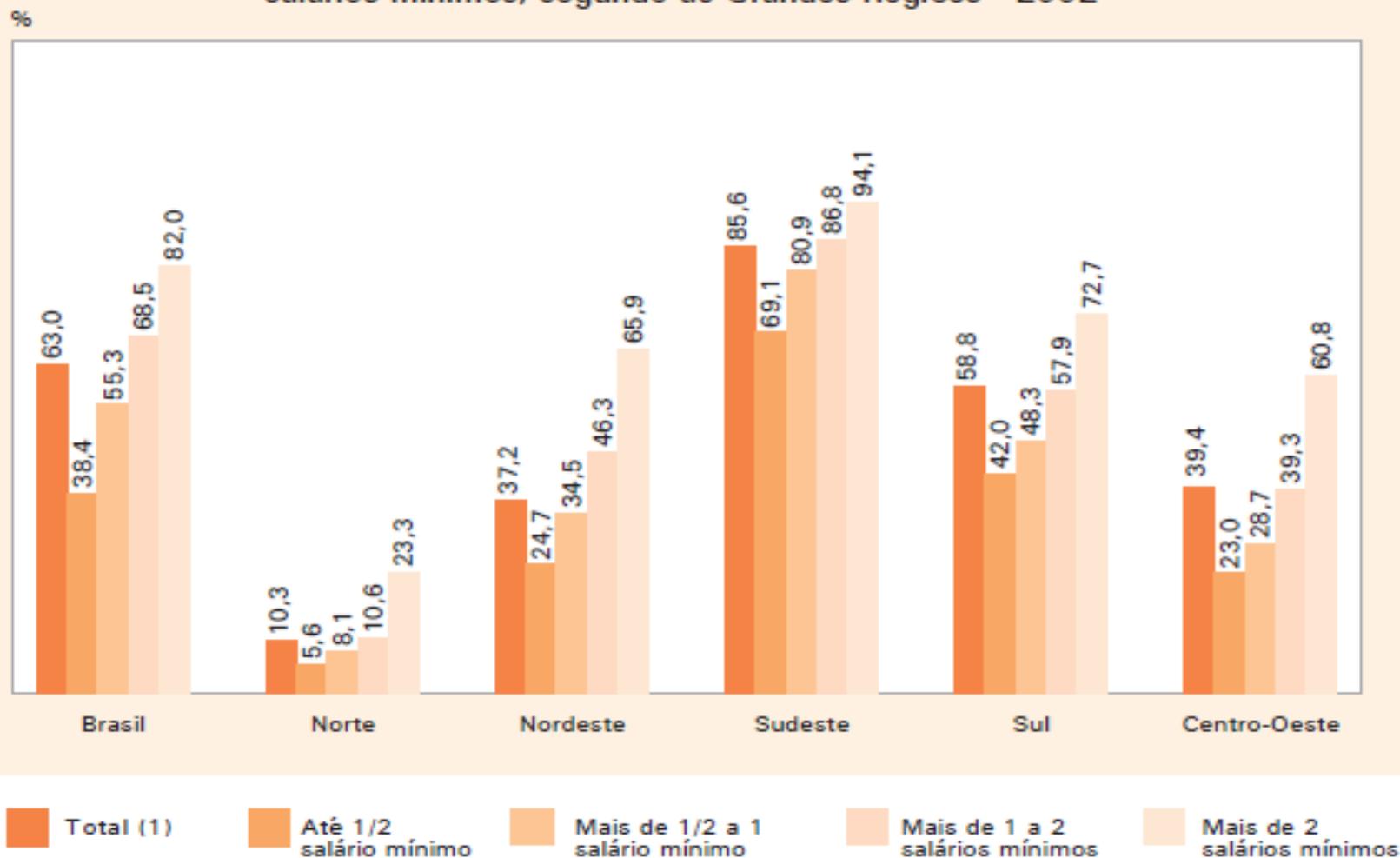
Fonte: Nações Unidas - <http://esa.un.org/unpp> (variante média).

Indicadores de renda e desigualdade: pobreza



Indicadores Objetivos e Subjetivos

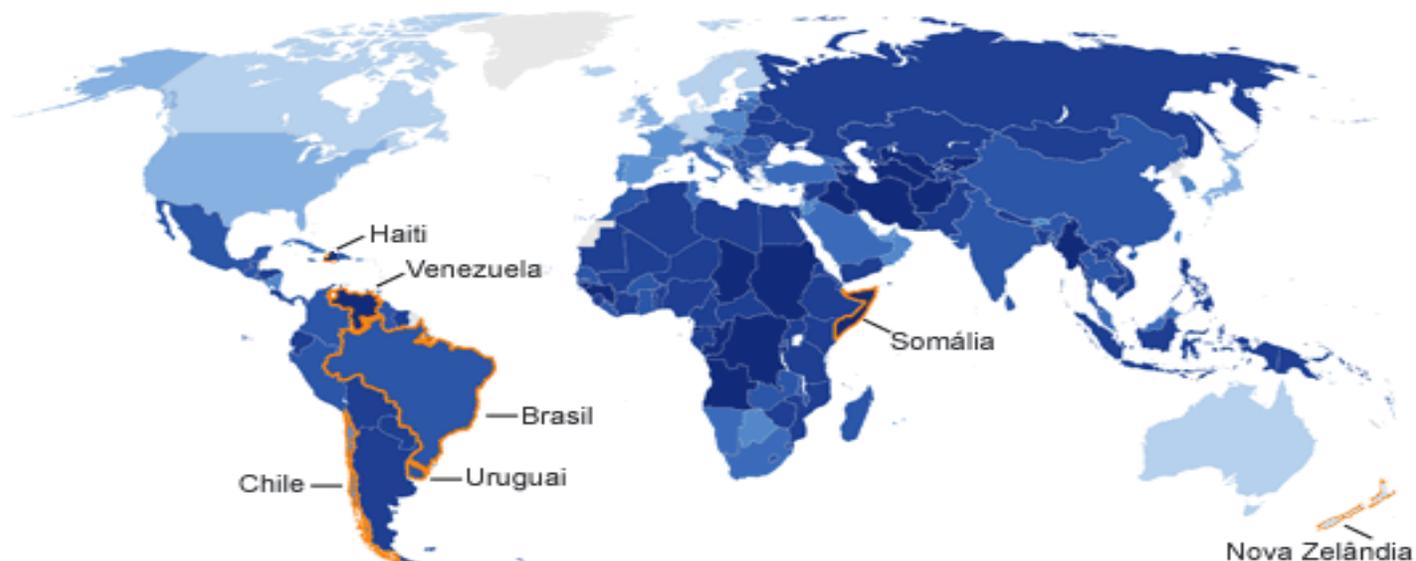
Gráfico 2.14 - Proporção de domicílios com acesso simultâneo aos serviços de saneamento, por classes de rendimento médio domiciliar *per capita* em salários mínimos, segundo as Grandes Regiões - 2002



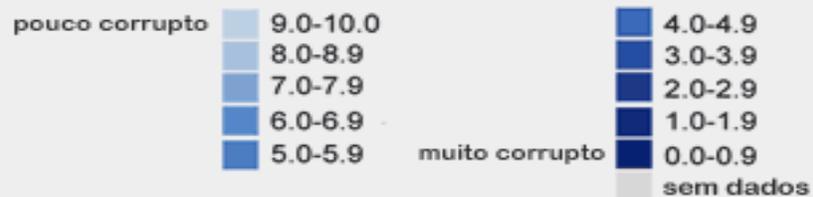
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002.

Nota: Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Indicadores Objetivos e Subjetivos



ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DE CORRUPÇÃO - 2009

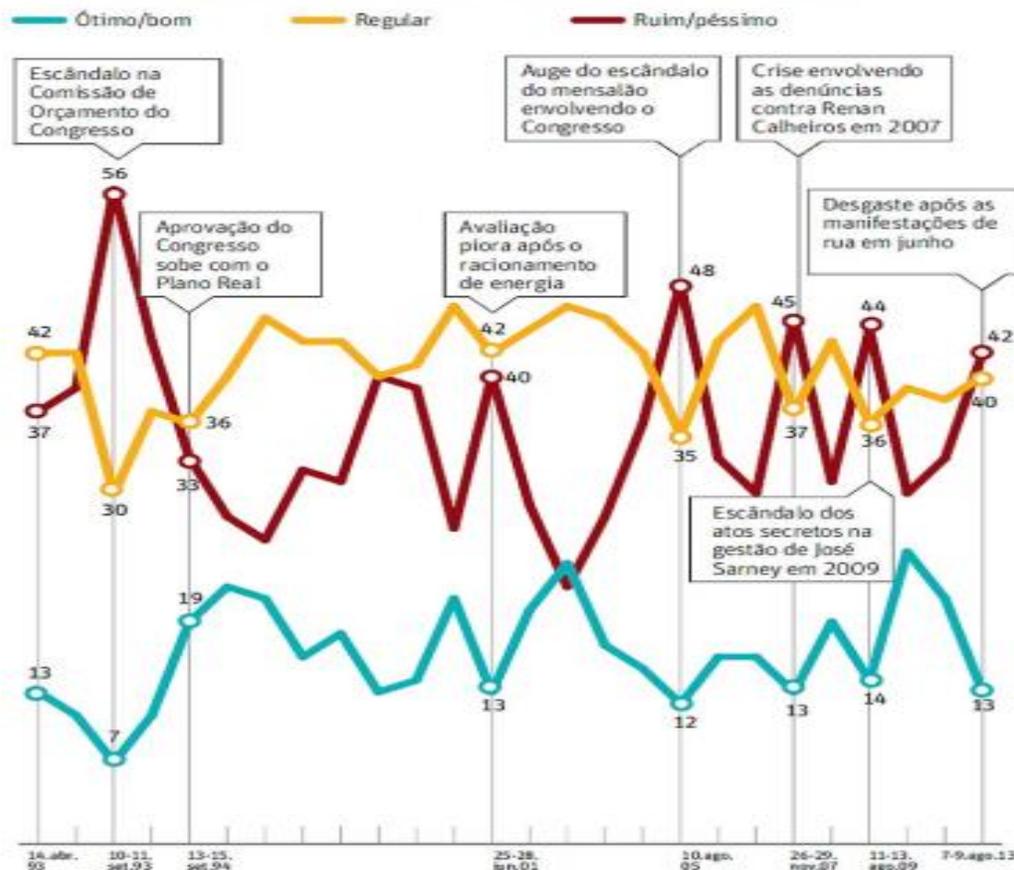


© 2009 Transparency International. All rights Reserved.

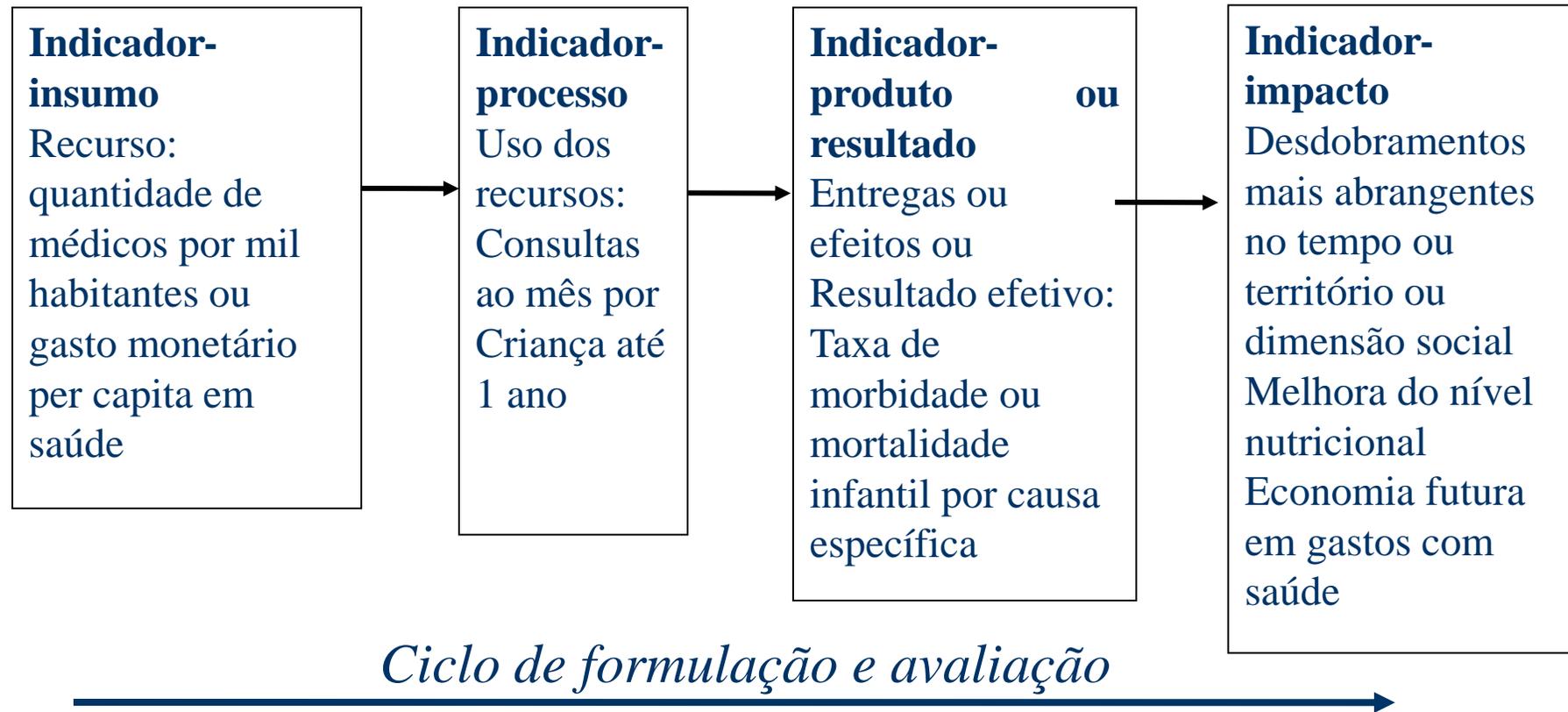


A AVALIAÇÃO DO CONGRESSO

Rejeição ao Legislativo aumenta nove pontos após protestos de junho



Indicadores segundo natureza processual



Indicadores segundo natureza processual

Quadro 4: Painel de indicadores sugeridos para monitoramento dos efeitos dos programas e ações para Desenvolvimento da Educação Básica

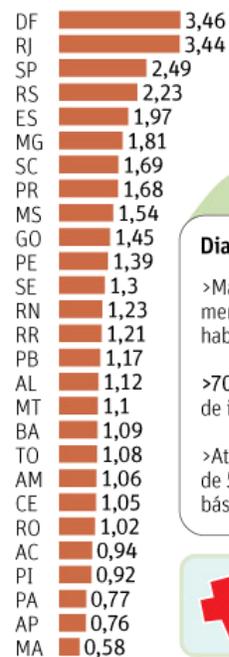
DIMENSÃO	INDICADOR	DESAGREGAÇÃO GEOGRÁFICA DO INDICADOR	
Insumo	Gasto próprio municipal/ estadual em educação em relação ao gasto público total.	Estados e Municípios	Anual
	Gasto total incluindo o Fundeb	Estados e Municípios	Anual
	Gasto médio por aluno	Estados e Municípios	Anual
	Gasto por aluno com recursos do PDDE	Estados, Municípios e Escola	Anual

RAIO-X DOS MÉDICOS NO BRASIL

Governo estuda trazer profissionais estrangeiros para suprir demanda

Médicos por 1.000 habitantes

NO BRASIL



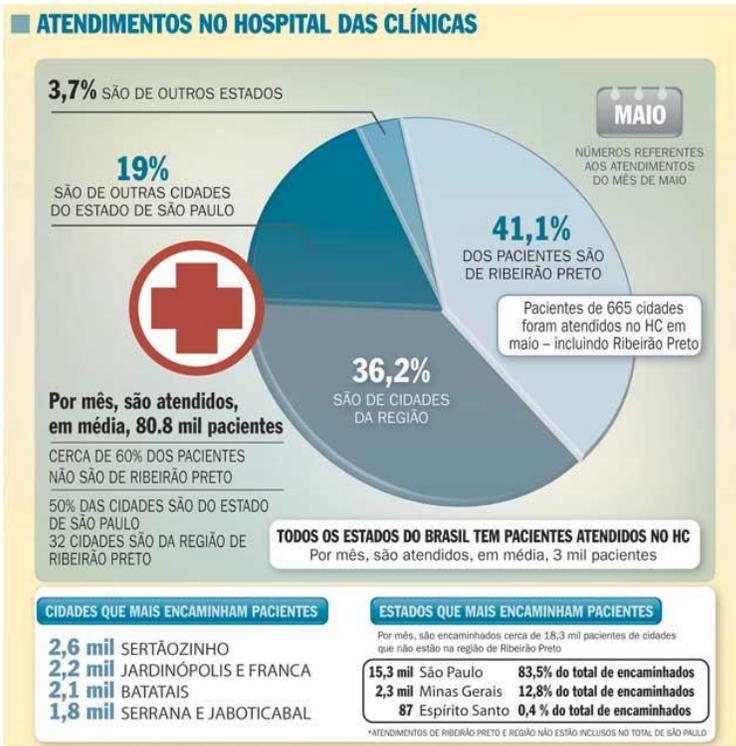
NO MUNDO



Indicadores segundo natureza processual

Quadro 4: Painel de indicadores sugeridos para monitoramento dos efeitos dos programas e ações para Desenvolvimento da Educação Básica

Processo	Percentual de docentes com formação superior	Estados, Municípios e Escola	Anual
	Número de docentes capacitados em relação ao total de alunos	Estados, Municípios e Escola	Anual
	Percentual de alunos atendidos pelo ensino integral	Estados, Municípios e Escolar	Anual
	Percentual de alunos beneficiados por laboratórios de informática	Estados, Municípios e Escola	Anual



Indicadores segundo natureza processual

Quadro 4: Painel de indicadores sugeridos para monitoramento dos efeitos dos programas e ações para Desenvolvimento da Educação Básica

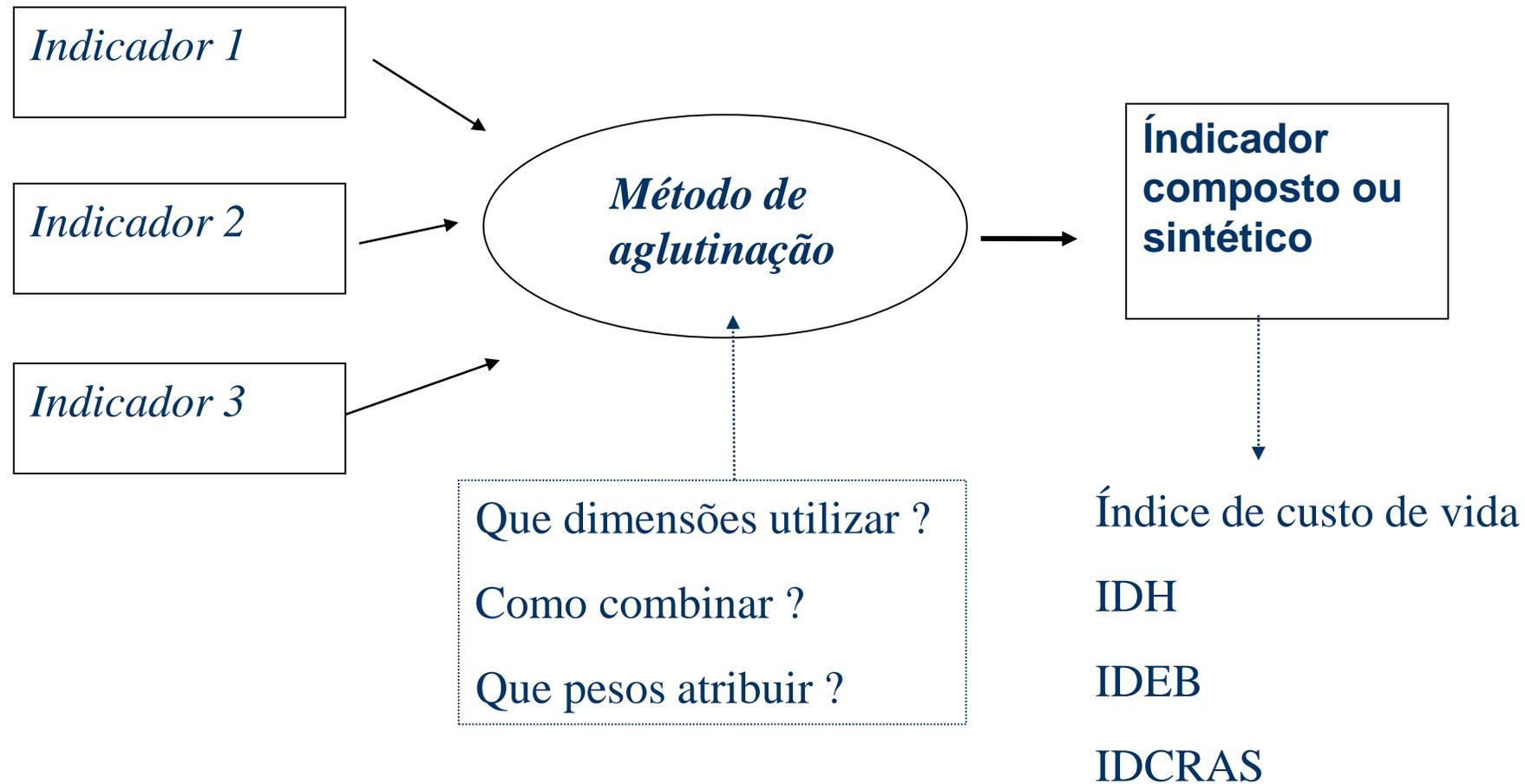
Resultado	Proficiência no Saeb ou Prova Brasil em português	Estados, Municípios e Escola	Bianual
	Proficiência no Saeb ou Prova Brasil em matemática	Estados, Municípios e Escola	Bianual
	Proficiência na Provinha Brasil (Alfabetização de Adultos)	Estados, Municípios e Escola	Anual
	Taxa de Aprovação	Estados, Municípios e Escola	Anual
	Taxa de Abandono	Estados, Municípios e Escola	Anual
	Índice de Desenvolvimento da Educação	Estados, Municípios e Escola	Bianual
	Defasagem idade/série	Estados e Municípios	Anual

Indicadores segundo natureza processual

Quadro 4: Painel de indicadores sugeridos para monitoramento dos efeitos dos programas e ações para Desenvolvimento da Educação Básica

Impacto	Alunos ingressantes no ensino superior	Estados e Municípios	Anual
	Ocorrências policiais envolvendo jovens entre 15 e 24 anos	Estados	Anual
	Taxa de desemprego de jovens de 16 a 24 anos	Estados	Anual

Indicadores analíticos (primários) ou compostos (sintéticos)





Indicadores para a política de Assistência Social

possíveis campos de indicadores de demanda ou de resultados
baseados nas seguranças sociais

Distinguem-se grandes áreas de manifestação de desproteções sociais:

- as ligadas ao ciclo de vida humana;
- as decorrentes de impedimento da pessoa poder se auto sustentar ou deter autonomia de cuidados em seu cotidiano;
- as decorrentes de relações sociais marcadas por violência, submissão, ausência de reconhecimento da dignidade humana de direitos sociais e humanos;
- as decorrentes de não reconhecimento social do cidadão a partir do gênero, da cultura étnica, do gênero, dos costumes e tradições culturais a partir do lugar onde vive seu cotidiano e de sua família, como aquelas derivadas do pertencimento a grupos quilombolas, grupos tradicionais ribeirinhos, indígenas, entre outros;
- desproteção pela ausência de acessibilidade ou abandono público no território onde vive sem dispor de infraestrutura básica, serviços sociais setoriais. Neste caso cabe caracterizar como uma desproteção de caráter múltiplo ou de necessidade de ação intersetorial.

Segurança de acolhida

- **Isolamento, abandono**, solidão, ausência da relação familiar, por precariedade, isolamento da relação com os membros da família (genética ou afetiva), desde a família nuclear até a família expandida, por diferentes motivos desde: inexistência de parentes, apartação, distância física ou emocional, prisão, fuga, desaparecimento;
- **Presença de violência no núcleo de convívio**, maus tratos, conflitos, precariedade, incapacidade por dependência de drogas, por deficiência, por doença física e ou mental;
- **Presença de trabalho infantil** obrigatório, de caráter legal ou ilegal, jovens grávidas sem aceitação na família;
- **Ausência de moradia por danos decorrentes de:** desastre com a moradia por incêndio, desabamento, enchente, despejo, instaladas junto a lixões, áreas contaminadas;
- **Presença de desabrigo associada a presença de** baixas temperaturas ao ar livre;
- **Crianças e adolescentes** em situação de rua, em abandono, sob violência física familiar, demandatárias de outras formas de convívio, vítimas de violência sexual, exercício de prostituição, tráfico humano, obrigadas a trabalhar, perseguidas ou ameaçadas de morte;
- **Adulto** em situação de rua, jovens ou idosos, com ou sem deficiência;
- **Família** vivendo em área de risco sujeitos a deslizamentos, vítimas de enchentes, vivendo ao desabrigo em baixas temperaturas vítimas de incêndio;
- **Idoso** vivendo só, sob violência, sem serviços de cuidados, apoio e alimentação;
- **Pessoa com deficiência-** vivendo só, sob violência, sem serviços de cuidados, apoio e alimentação.

Segurança de convívio e convivência

- **Escuta qualificada para** acolhimento de manifestação de necessidades de proteção social, orientação, referenciais, informações, encaminhamentos, exercício de sociabilidade, relação intersetorial entre serviços sociais de atenção básica no território, informações sobre benefícios eventuais e continuados, transferência de renda, vivência de vulnerabilidades, procura do CREAS por vivência de direitos violados;
- **Referenciais que possibilitem o enfrentamento e superação de situações de fragilidade e agressão à dignidade, a cidadania, aos direitos**, de forma individual, grupal e coletiva face a questões geracionais e/ou etários, referenciais territoriais, referenciais de gênero, referenciais de raça e etnia, referenciais de direitos e de pertencimento, referenciais de acesso a direitos;
- **Fortalecimento** de vínculos sociais, consolidação de identidade social e de representação social, relações vicinais, fomento ao exercício da representação e cidadania, inserção na vida coletiva do território onde mora, redução da fragilidade pelo domínio de situações relacionais de conflito; oferta proativa;
- **Serviço de convivência** para crianças e adolescentes em situação de risco de abandono escolar (risco medido com base em indicadores de faltas e de descumprimento de condicionalidades); em situação abandono escolar e de vivência em território marcados pela violência; em situação de isolamento;
- **Serviço de convivência** para PCD e idosos em situação de isolamento, ou em família, com vivência de direitos violados, em situação de dependência; e de vivência dependência grave e ausência de mobilidade;

Segurança de convívio e convivência

- **Serviço de convivência com famílias** em risco de ruptura de coesão familiar pela ausência de serviços de apoio ao fortalecimento dos vínculos familiares, com crianças e adolescentes em situação de conflito com a lei; em situação de violência; de ausência de cuidados, de não cumprimento de condicionalidades, com presença de alcoolismo, de drogadição, de cumprimento de pena, com crianças e adolescentes institucionalizados, com adolescentes grávidas, pela vivência de morte violenta de um de seus membros; pela presença de perigo de risco por viver em territórios degradados ;
- **Serviço de convivência com famílias** com razão de dependência alta, constituição uni parental de provedores, demanda de cuidados agravada pela presença de demandas especiais como idosos, doentes, PCD com dependência que exige cuidados especiais;
- **Serviço de convivência com famílias**, sem acesso a condições de convívio, impedimento de manifestar opinião, exercer representação de seus interesses pela ausência de espaços públicos;
- **Serviço de convivência direcionados para coletivos** com vivência em territórios degradados com incidência de tráfico, drogadição, práticas transgressoras, com necessidades especiais e vivência de exclusão, como: indígenas, quilombolas, zonas de fronteira e incidência de migração;
- **Serviço de convívio para adolescentes e jovens** em medidas socioeducativas impedidos da frequência à ação socioeducativa para restauração dessa condição, sem contar com ação qualificada para promover a restauração e acolhida na convivência familiar apartados do convívio familiar e comunitário, crianças e adolescentes agravados em seus direitos pela ausência de lócus institucional de defesa de seus direitos.

Segurança de sobrevivência (e renda)

- **Sobrevivência de adultos e crianças** a partir do programa Bolsa Família com dispositivo em para assegurar 77 reais per capita mês a todo brasileiro e se apresenta como um recurso que pode ser acionado pela unidade local gestora da política de assistência social, em especial o CRAS, lembrado, porém que não há autorização decisória para acesso ao benefício pela gestão local, o que faz necessário que a gestão municipal tenha regulação e recursos para acesso a benefícios eventuais;
- **Sobrevivência de pessoas com deficiência e pessoas idosas**, com 65 anos ou mais e incapacitadas sem condições de se auto manter pelo próprio trabalho, com per capita familiar de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo poderão ter acesso ao benefício continuado, lembrado que sua gestão se dá pelo INSS, portanto o gestor local não tem autorização decisória de acesso a esse benefício ao demandante;
- **Sobrevivência de famílias** com maior número de filhos, mono parentais, com ruptura da coesão familiar, com situações de fragilidade, sem acesso a benefícios para educação dos filhos, em desemprego, sem renda ou renda precária; com fragilidade para manter e educar os filhos;
- **Sobrevivência de migrantes** com oferta de referências para regularização de documentos, localização na cidade para alojamento, obtenção de alimentos, deslocamentos, etc.

Desproteções sociais, riscos, inseguranças que demandam provisão de atenções da proteção social da assistência social

CICLO DE VIDA

- Pessoas com ausência de atenção às fragilidades do ciclo de vida
- Vivência de abandono
- Vivência de violência física, psíquica e sexual
- Vivência de violação de direitos de pessoas idosas, mulheres e pessoas com deficiência
- Vivência de crianças e adolescentes em famílias com vulnerabilidade socioeconômica
- Vivência duradoura de crianças e adolescentes em instituições
- Vivência de ausência de acesso por adolescentes e jovens em conflito com a lei, a atenção socioeducativa para cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto
- Ausência de convívio familiar de crianças, adolescentes e jovens em conflito com a lei
- Ausência de convívio vicinal de crianças, adolescentes e jovens em conflito com a lei
- Vivência de pessoas idosas e pessoas com deficiência sem condições de prover seu próprio sustento e nem de tê-lo provido pela sua família
- Sequelas de situações de risco em adultos

Desproteções sociais, riscos, inseguranças que demandam provisão de atenções da proteção social da assistência social

CONVIVÊNCIA FAMILIAR

- Vivência de calamidades e agressões climáticas que desestruturam as condições de reprodução social da família
- Vivência de ruptura dos vínculos familiares pela ausência de condições próprias de sustento de condições básicas de vida
- Vivência de calamidades e agressões climáticas que desestruturam as condições de reprodução social da família
- Vivência de ruptura dos vínculos familiares pela ausência de condições próprias de sustento de condições básicas de vida
- Vivência em agregado familiar sem condição de educar os filhos
- Vivência em famílias vulnerabilizadas pela situação de risco de um de seus membros
- Vivência em famílias sem condições para acolher, apoiar e acompanhar seus adolescentes e jovens em cumprimento das medidas de proteção e socioeducativas
- Vivência em família com vulnerabilidades e sem acesso a serviços de apoio e acompanhamento por cuidados socioeducativos e sua restauração
- Vivência familiar em moradias precárias sem infraestrutura pública com espaço reduzido de abrigo para seus membros

Desproteções sociais, riscos, inseguranças que demandam provisão de atenções da proteção social da assistência social

DIGNIDADE HUMANA

- Ausência de *lócus* institucional de defesa dos direitos de crianças e adolescentes
- Vivência em territórios sem acesso a rede pública de serviços
- Vivência em agregados populacionais com ausência de condições e espaços públicos para participação.
- Ausência de condições nos serviços de assistência social para que os usuários defendam seus direitos
- Vivência de ausência de acesso a direitos básicos de cidadania
- Risco por viver em territórios degradados
- Risco por exclusão sociocultural

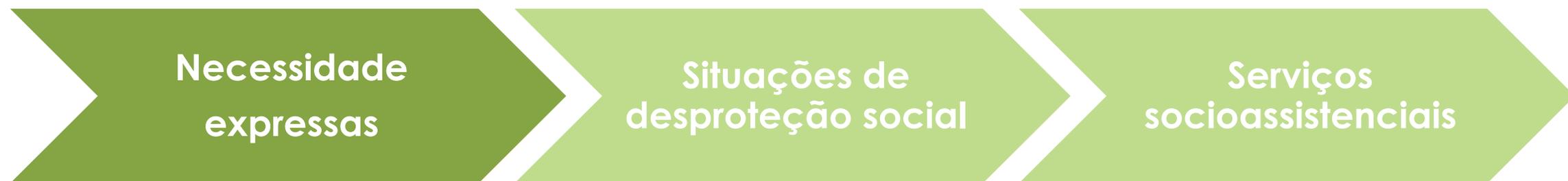
Indicadores para o exame da proteção/desproteção socioassistencial

1. Situações que se referem ao ciclo vital familiar ou às especificidades da dinâmica relacional das famílias
2. Situações que se referem às atenções públicas de proteção social ofertadas no território onde vivem as famílias.
3. Situações que se referem às atenções públicas de proteção social que, por sua natureza ou grau de especialização, são ofertadas em âmbito regional ou municipal

Pesquisa Protege Vínculos-NEPSAS 2011-2013 ranking de suas incidências das manifestações de desproteção social

1. Situações próprias do ciclo de vida e/ou da dinâmica das relações familiares;
2. Situações de ausência de acesso à proteção social no território;
3. Situações de ausência de acesso à proteção social na cidade;
4. Situações de ausência de acesso à proteção social no território;
5. Situações de ausência de acesso à proteção social na cidade.

Vários fatores determinam as condições de vulnerabilidade e risco pessoal e social. As situações identificadas necessitam ser tomadas na sua relação de causalidade com tais fatores e na conjugação entre elas, o que indica a necessidade de respostas efetivas por parte das políticas públicas e, no caso, da política de assistência social, por intermédio de um conjunto de serviços, benefícios, projetos e programas.



Relação entre necessidades expressas e situações de desproteção social. (Quadro 5 – Texto)

Relação entre situações de desproteção social e serviços socioassistenciais. (Quadro 6 texto)